

Magazine  
Luiza S.A.

**Demonstrações Contábeis**  
**31 de dezembro de 2017 e 2016**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>13</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>14</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado</b>	<b>15</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis</b>	<b>16</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501  
www.kpmg.com.br

## **Aos acionistas, conselheiros e diretores da Magazine Luiza S.A.** *Franca – SP*

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Magazine Luiza S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Magazine Luiza S.A. em 31 de dezembro de 2017 o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas,



de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Discussões tributárias – Controladora e Consolidado

Veja as Notas 11 e 20 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia é parte ativa e passiva em processos judiciais e administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo questões jurídicas de natureza tributária. Esse assunto exige da Companhia e de seus assessores jurídicos julgamento significativo na determinação das estimativas relacionadas ao reconhecimento de ativos e passivos, valores envolvidos, da probabilidade de êxito dessas discussões, e divulgação dos passivos contingentes, ativos fiscais e ativos contingentes. Em função da complexidade dos assuntos e do ambiente tributário no Brasil, mudanças nos julgamentos efetuados pela Companhia ou nas condições externas, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, podem impactar os montantes reconhecidos e divulgados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>	<p>Avaliamos as políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração das provisões, passivos contingentes, ativos fiscais e ativos contingentes tributários, incluindo a avaliação do julgamento exercido pela Companhia. Envolvermos especialistas tributários na análise de pareceres e/ou opiniões legais preparados pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, bem como por meio da obtenção de confirmações externas junto aos assessores legais externos da Companhia. Avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas, mensuração dos ativos fiscais reconhecidos e divulgações dos ativos e passivos contingentes por meio da análise dos critérios utilizados para a mensuração e divulgação. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores reconhecidos ou divulgados. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração dos ativos fiscais, bem como suas divulgações, os quais não foram registrados ou divulgados pela administração, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos</p>

	<p>procedimentos acima descritos, consideramos que o reconhecimento e divulgação das provisões, passivos contingentes, ativos fiscais e ativos contingentes tributários são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>
<p><b>Reconhecimento de receita no final do exercício – Controladora e Consolidado</b></p>	
<p>Veja a Nota 22 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas</p>	
<p><b>Principais assuntos de auditoria</b></p>	<p><b>Como auditoria endereçou esse assunto</b></p>
<p>As receitas da Companhia derivam essencialmente de venda de mercadorias, que é geralmente reconhecida após o faturamento e saídas das mercadorias dos estabelecimentos e que envolve operações de montantes relevantes, pulverizadas, descentralizadas e que ocorrem em grande volume. O processo de mensuração das vendas faturadas e não entregues no final do exercício preparado pela Companhia envolve julgamento na determinação das estimativas dos prazos médios de entrega, bem como requer a necessidade de manutenção de rotinas e controles internos para identificar e mensurar as vendas faturadas e não entregues no final do exercício. Eventuais falhas nesses controles podem impactar a mensuração das vendas faturadas e não entregues no final do exercício e, conseqüentemente, o montante reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do processo de reconhecimento de receita e do desenho dos controles internos relevantes relacionados ao processo de mensuração das vendas faturadas e não entregues no final do exercício. Analisamos os prazos médios de entrega utilizados na estimativa do cálculo de vendas faturadas e não entregues preparadas pela Companhia no fechamento do exercício e comparamos com os prazos médios efetivos das vendas efetuadas no final do exercício. Avaliamos ainda a adequação da divulgação nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p> <p>Como resultado do entendimento do desenho dos controles internos relevantes relacionados ao processo de mensuração das vendas faturadas e não entregues, identificamos a necessidade de melhorias dos controles internos que alteraram nossa avaliação quanto à natureza do nosso trabalho e ampliaram a extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação das receitas reconhecidas, os quais não foram registrados pela administração, por terem sido considerados imateriais.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o reconhecimento de receita no fechamento do exercício é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

## Outros assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### Valores correspondentes

O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi conduzido sob a responsabilidade de auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sem ressalvas datado em 30 de maio de 2017.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção



relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.



Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Rogério Liani  
Contador CRC 1SP229193/O-2



## Magazine Luiza S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	<b>370.926</b>	562.728	<b>412.707</b>	599.141
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	7 e 28	<b>1.259.553</b>	818.984	<b>1.259.553</b>	818.984
Contas a receber	8	<b>1.233.983</b>	575.334	<b>1.241.290</b>	581.001
Estoques	9	<b>1.953.963</b>	1.587.299	<b>1.969.333</b>	1.596.743
Contas a receber de partes relacionadas	10	<b>99.985</b>	66.296	<b>96.766</b>	64.021
Tributos a recuperar	11	<b>198.894</b>	210.657	<b>200.678</b>	212.151
Outros ativos		<b>75.754</b>	47.013	<b>77.290</b>	47.802
Total do ativo circulante		<b>5.193.058</b>	3.868.311	<b>5.257.617</b>	3.919.843
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	7 e 28	-	171	-	171
Contas a receber	8	<b>4.741</b>	3.570	<b>4.741</b>	3.570
Tributos a recuperar	11	<b>166.033</b>	223.604	<b>166.033</b>	223.604
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	<b>219.321</b>	241.089	<b>223.100</b>	242.010
Depósitos judiciais	20	<b>310.899</b>	292.187	<b>310.901</b>	292.189
Outros ativos		<b>42.464</b>	49.671	<b>44.387</b>	52.273
Investimentos em controladas	13	<b>78.530</b>	67.022	-	-
Investimentos em controladas em conjunto	14	<b>311.347</b>	293.830	<b>311.347</b>	293.830
Imobilizado	15	<b>567.085</b>	559.320	<b>569.027</b>	560.067
Intangível	16	<b>486.111</b>	469.724	<b>532.360</b>	513.049
Total do ativo não circulante		<b>2.186.531</b>	2.200.188	<b>2.161.896</b>	2.180.763
Total do ativo		<b>7.379.589</b>	6.068.499	<b>7.419.513</b>	6.100.606

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Magazine Luiza S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	17	<b>2.898.025</b>	2.353.473	<b>2.919.541</b>	2.364.959
Empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros	18	<b>434.294</b>	837.878	<b>434.294</b>	838.016
Salários, férias e encargos sociais		<b>231.820</b>	184.789	<b>236.584</b>	188.390
Tributos a recolher		<b>81.196</b>	38.613	<b>84.451</b>	40.132
Contas a pagar a partes relacionadas	10	<b>89.486</b>	72.923	<b>89.521</b>	72.955
Receita diferida	19	<b>41.566</b>	40.318	<b>41.566</b>	40.318
Dividendos a pagar		<b>64.273</b>	12.335	<b>64.273</b>	12.335
Outras contas a pagar		<b>261.773</b>	111.615	<b>265.806</b>	115.321
Total do passivo circulante		<b>4.102.433</b>	3.651.944	<b>4.136.036</b>	3.672.426
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros	18	<b>437.204</b>	1.010.760	<b>437.204</b>	1.010.760
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	<b>297.138</b>	275.054	<b>301.534</b>	284.126
Receita diferida	19	<b>468.837</b>	509.155	<b>468.837</b>	509.155
Outras contas a pagar		-	-	<b>1.925</b>	2.553
Total do passivo não circulante		<b>1.203.179</b>	1.794.969	<b>1.209.500</b>	1.806.594
Total do passivo		<b>5.305.612</b>	5.446.913	<b>5.345.536</b>	5.479.020
Patrimônio líquido	21				
Capital social		<b>1.719.886</b>	606.505	<b>1.719.886</b>	606.505
Reserva de capital		<b>37.094</b>	19.030	<b>37.094</b>	19.030
Ações em tesouraria		<b>(13.955)</b>	(28.729)	<b>(13.955)</b>	(28.729)
Reserva legal		<b>39.922</b>	20.471	<b>39.922</b>	20.471
Reserva de lucros		<b>288.371</b>	3.107	<b>288.371</b>	3.107
Ajuste de avaliação patrimonial		<b>2.659</b>	1.202	<b>2.659</b>	1.202
Total do patrimônio líquido		<b>2.073.977</b>	621.586	<b>2.073.977</b>	621.586
Total do Passivo e Patrimônio líquido		<b>7.379.589</b>	6.068.499	<b>7.419.513</b>	6.100.606

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Magazine Luiza S.A.

### Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Receita líquida de vendas	22	<b>11.799.027</b>	9.371.169	<b>11.984.250</b>	9.508.745
Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	23	<b>(8.305.003)</b>	(6.538.942)	<b>(8.378.239)</b>	(6.586.130)
Lucro bruto		<b>3.494.024</b>	2.832.227	<b>3.606.011</b>	2.922.615
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	24	<b>(2.095.278)</b>	(1.761.438)	<b>(2.119.953)</b>	(1.776.258)
Gerais e administrativas	24	<b>(503.352)</b>	(452.735)	<b>(536.026)</b>	(481.933)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa		<b>(41.914)</b>	(25.987)	<b>(41.921)</b>	(26.074)
Depreciação e amortização	15 e 16	<b>(142.099)</b>	(132.941)	<b>(143.059)</b>	(133.612)
Resultado de equivalência patrimonial	13 e 14	<b>92.022</b>	73.266	<b>86.156</b>	62.702
Outras receitas operacionais, líquidas	24 e 25	<b>32.224</b>	9.740	<b>36.486</b>	13.505
		<b>(2.658.397)</b>	(2.290.095)	<b>(2.718.317)</b>	(2.341.670)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<b>835.627</b>	542.132	<b>887.694</b>	580.945
Receitas financeiras		<b>159.363</b>	150.706	<b>110.107</b>	116.655
Despesas financeiras		<b>(518.881)</b>	(618.760)	<b>(520.928)</b>	(620.504)
Resultado financeiro	26	<b>(359.518)</b>	(468.054)	<b>(410.821)</b>	(503.849)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		<b>476.109</b>	74.078	<b>476.873</b>	77.096
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	12	<b>(87.087)</b>	12.487	<b>(87.851)</b>	9.469
Lucro líquido do exercício		<b>389.022</b>	86.565	<b>389.022</b>	86.565
Lucro atribuível a:					
Acionistas controladores		<b>389.022</b>	86.565	<b>389.022</b>	86.565
Lucro por ação					
Básico (reais por ação)	21	<b>2,203</b>	0,4977	<b>2,203</b>	0,4977
Diluído (reais por ação)	21	<b>2,186</b>	0,4977	<b>2,186</b>	0,4977

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Magazine Luiza S.A.

### Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora e Consolidado	
		2017	2016
Lucro líquido do exercício		<b>389.022</b>	86.565
Items que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:			
Ativos financeiros disponíveis para a venda, adivindos de investimento			
Variação do valor justo		<b>2.649</b>	5.145
Efeito dos impostos		<b>(1.192)</b>	(2.315)
Total	14	<b>1.457</b>	2.830
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		<b>390.479</b>	89.395
Atribuível a:			
Acionistas controladores		<b>390.479</b>	89.395

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## Magazine Luiza S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva Legal	Reservas de lucros	Lucros ou prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016		606.505	14.567	(9.574)	16.143	-	(50.357)	(1.628)	575.656
Plano de opção de compra de ações		-	4.463	-	-	-	-	-	4.463
Ações em tesouraria		-	-	(35.593)	-	-	-	-	(35.593)
Cancelamento de ações em tesouraria		-	-	16.438	-	(16.438)	-	-	-
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	86.565	-	86.565
Destinações:									
Reserva legal		-	-	-	4.328	-	(4.328)	-	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	-	(12.335)	-	(12.335)
Reservas de lucros		-	-	-	-	19.545	(19.545)	-	-
		606.505	19.030	(28.729)	20.471	3.107	-	(1.628)	618.756
Outros resultados abrangentes:									
Ajuste de avaliação patrimonial	14	-	-	-	-	-	-	2.830	2.830
Saldos em 31 de dezembro de 2016		606.505	19.030	(28.729)	20.471	3.107	-	1.202	621.586
Emissão de ações ordinárias	21a	<b>1.144.000</b>	-	-	-	-	-	-	<b>1.144.000</b>
Gastos com emissão de ações, líquidas de impostos	21a	<b>(30.619)</b>	-	-	-	-	-	-	<b>(30.619)</b>
Plano de compra de ações		-	<b>9.836</b>	-	-	-	-	-	<b>9.836</b>
Venda de ações em tesouraria para pagamento de plano de compra de ações		-	<b>8.228</b>	<b>14.774</b>	-	-	-	-	<b>23.002</b>
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	<b>389.022</b>	-	<b>389.022</b>
Destinações:									
Reserva legal	21c	-	-	-	<b>19.451</b>	-	<b>(19.451)</b>	-	-
Dividendos pagos	21d	-	-	-	-	<b>(3.107)</b>	<b>(6.200)</b>	-	<b>(9.307)</b>
Juros sobre o capital próprio	21d	-	-	-	-	-	<b>(75.000)</b>	-	<b>(75.000)</b>
Reservas de lucros		-	-	-	-	<b>288.371</b>	<b>(288.371)</b>	-	-
		<b>1.719.886</b>	<b>37.094</b>	<b>(13.955)</b>	<b>39.922</b>	<b>288.371</b>	-	<b>1.202</b>	<b>2.072.520</b>
Outros resultados abrangentes:									
Ajuste de avaliação patrimonial	14	-	-	-	-	-	-	<b>1.457</b>	<b>1.457</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<b>1.719.886</b>	<b>37.094</b>	<b>(13.955)</b>	<b>39.922</b>	<b>288.371</b>	-	<b>2.659</b>	<b>2.073.977</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Magazine Luiza S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		389.022	86.565	389.022	86.565
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado	12	87.087	(12.487)	87.851	(9.469)
Depreciação e amortização	15 e 16	142.099	132.941	143.059	133.612
Juros sobre empréstimos e financiamentos provisionados	18	180.742	254.466	180.759	254.514
Rendimento de títulos e valores mobiliários		(53.244)	(38.610)	(53.244)	(38.610)
Equivalência patrimonial	13 e 14	(92.022)	(73.266)	(86.156)	(62.702)
Movimentação da provisão para perdas em ativos		88.692	98.489	88.582	99.209
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	49.832	62.949	45.279	59.111
Resultado na venda de ativo imobilizado	25	(2.875)	476	(2.875)	476
Apropriação da receita diferida	25	(42.820)	(40.646)	(42.820)	(40.646)
Despesas com plano de opção de ações		5.594	4.463	5.594	4.463
Lucro líquido do exercício ajustado		752.107	475.340	755.051	486.523
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		(712.268)	(188.960)	(713.915)	(190.038)
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros		(399.682)	(350.290)	(399.682)	(350.290)
Estoques		(402.908)	(298.847)	(408.717)	(299.573)
Contas a receber de partes relacionadas		(26.315)	5.338	(25.707)	5.409
Tributos a recuperar		73.465	76.509	73.175	76.104
Outros ativos		(39.017)	(50.478)	(39.084)	(50.474)
Variação nos ativos operacionais		(1.506.725)	(806.728)	(1.513.930)	(808.862)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		544.552	468.222	554.581	470.802
Salários, férias e encargos sociais		47.031	34.370	48.174	34.487
Tributos a recolher		6.304	9.116	7.171	8.843
Contas a pagar a partes relacionadas		16.563	4.136	16.566	4.551
Outras contas a pagar		125.160	1.665	124.736	3.245
Variação nos passivos operacionais		739.610	517.509	751.228	521.928
Imposto de renda e contribuição social pagos		(29.040)	-	(31.799)	(2.730)
Recebimento de dividendos		60.374	72.123	58.927	70.892
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		16.326	258.244	19.477	267.751
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	15	(100.529)	(77.062)	(101.995)	(77.302)
Aquisição de ativo intangível	16	(67.228)	(46.297)	(68.819)	(47.046)
Recebimento de venda de imobilizado		3.152	-	3.152	-
Pagamento de renegociação de contrato de exclusividade		-	(11.182)	-	(11.182)
Aumento de capital em controlada e controlada em conjunto		(5.425)	(1.000)	-	-
Investimento em controlada		(1.000)	-	(996)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(171.030)	(135.541)	(168.658)	(135.530)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	18	502.617	578.540	502.617	578.540
Pagamento de empréstimos e financiamentos	18	(1.433.953)	(477.188)	(1.434.097)	(477.325)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	18	(214.018)	(216.134)	(214.029)	(216.167)
Pagamento de dividendos		(32.369)	-	(32.369)	-
Alienação (aquisição) de ações em tesouraria		27.244	(35.593)	27.244	(35.593)
Recursos provenientes da emissão de ações	21	1.144.000	-	1.144.000	-
Pagamento de gastos com emissão de ações, líquido de tributos	21	(30.619)	-	(30.619)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		(37.098)	(150.375)	(37.253)	(150.545)
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(191.802)	(27.672)	(186.434)	(18.324)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		562.728	590.400	599.141	617.465
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		370.926	562.728	412.707	599.141
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(191.802)	(27.672)	(186.434)	(18.324)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Magazine Luiza S.A.

### Demonstrações dos valores adicionados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	<b>13.525.956</b>	10.735.506	<b>13.729.413</b>	10.885.587
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões	<b>(41.914)</b>	(25.987)	<b>(41.921)</b>	(26.074)
Outras receitas operacionais	<b>36.240</b>	44.557	<b>40.505</b>	48.324
	<b>13.520.282</b>	10.754.076	<b>13.727.997</b>	10.907.837
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	<b>(9.062.145)</b>	(7.138.511)	<b>(9.135.777)</b>	(7.185.406)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<b>(1.046.521)</b>	(902.118)	<b>(1.082.723)</b>	(928.413)
Perda e recuperação de valores ativos	<b>(36.244)</b>	(55.289)	<b>(36.127)</b>	(55.740)
	<b>(10.144.910)</b>	(8.095.918)	<b>(10.254.627)</b>	(8.169.559)
Valor adicionado bruto	<b>3.375.372</b>	2.658.158	<b>3.473.370</b>	2.738.278
Depreciação e amortização	<b>(142.099)</b>	(132.941)	<b>(143.059)</b>	(133.612)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<b>3.233.273</b>	2.525.217	<b>3.330.311</b>	2.604.666
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	<b>92.022</b>	73.266	<b>86.156</b>	62.702
Receitas financeiras	<b>159.363</b>	150.706	<b>110.107</b>	116.655
Valor adicionado total a distribuir	<b>3.484.658</b>	2.749.189	<b>3.526.574</b>	2.784.023
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos:				
Remuneração direta	<b>811.069</b>	705.982	<b>825.353</b>	718.272
Benefícios	<b>185.325</b>	149.031	<b>188.064</b>	150.447
FGTS	<b>74.235</b>	71.732	<b>75.376</b>	72.843
	<b>1.070.629</b>	926.745	<b>1.088.793</b>	941.562
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	<b>277.573</b>	146.244	<b>284.548</b>	154.977
Estaduais	<b>857.949</b>	625.664	<b>870.253</b>	633.239
Municipais	<b>45.127</b>	37.880	<b>47.073</b>	39.484
	<b>1.180.649</b>	809.788	<b>1.201.874</b>	827.700
Remuneração de capital de terceiros:				
Juros	<b>472.137</b>	581.024	<b>473.853</b>	582.440
Aluguéis	<b>335.511</b>	313.958	<b>336.198</b>	314.486
Outras	<b>36.710</b>	31.109	<b>36.834</b>	31.270
	<b>844.358</b>	926.091	<b>846.885</b>	928.196
Remuneração de capital próprio:				
Dividendos e ou Juros sobre o capital próprio	<b>75.000</b>	12.335	<b>75.000</b>	12.335
Lucro retidos	<b>314.022</b>	74.230	<b>314.022</b>	74.230
	<b>3.484.658</b>	2.749.189	<b>3.526.574</b>	2.784.023

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## **Notas explicativas às demonstrações contábeis**

### **1. Informações gerais**

O Magazine Luiza S.A. (“Controladora”) é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código “MGLU3” e atua, preponderantemente, no comércio varejista de bens de consumo, principalmente eletrodomésticos, eletrônicos e móveis, por meio de lojas físicas e virtuais ou por comércio eletrônico. Através de suas controladas em conjunto (nota explicativa 14), oferece serviços de operações de empréstimos, financiamentos e seguros aos seus clientes. Sua sede social está localizada na cidade de Franca, Estado de São Paulo, Brasil. Sua Controladora e “holding” é a LTD Administração e Participação S.A.

O Magazine Luiza S.A. e suas controladas doravante serão referidos como “Companhia” para fins deste relatório, exceto se de outra forma indicado em informação específica.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía 858 lojas (800 lojas em 31 de dezembro de 2016), 10 centros de distribuição (9 centros de distribuição em dezembro de 2016) localizados nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do País e atuava nos sites de comércio eletrônico [www.magazineluiza.com.br](http://www.magazineluiza.com.br) e [www.epocacosmeticos.com.br](http://www.epocacosmeticos.com.br).

Em 20 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração autorizou a emissão dessas demonstrações contábeis.

### **2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis**

#### **2.1. Bases de elaboração, apresentação e declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

#### **2.2. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis**

A moeda funcional da Companhia é o Real. As demonstrações contábeis de cada controlada, bem como as demonstrações contábeis utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas em reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.



### **2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas**

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da controladora e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

A seguir são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento de cada exercício:

Nome da controlada	Principal atividade	Participação - %	Participação - %
		2017	2016
Época Cosméticos	Comércio eletrônico de perfumes e cosméticos	100%	100%
Integra Commerce	Integração e gestão de relacionamento entre lojistas e marketplaces	100%	-
Luiza Administradora de Consórcios (LAC)	Administradora de consórcios	100%	100%

As demonstrações contábeis consolidadas também contemplam os fundos de investimentos exclusivos, onde a Companhia mantém parte de suas aplicações financeiras, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 7.

No processo de consolidação das demonstrações contábeis são contempladas as seguintes eliminações:

- Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;
- Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e
- Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais as informações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

### **3. Principais políticas e práticas contábeis**

As principais políticas e práticas contábeis estão descritas a cada nota explicativa correspondente, exceto as abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia:

#### **3.1. Transações e atualizações monetárias de direitos e obrigações**

Os ativos e passivos monetários sujeitos a reajustes contratuais ou variações cambiais e monetárias são atualizados até a data do balanço patrimonial, sendo essas variações reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Quando existentes, os ativos e passivos monetários indexados em moeda estrangeira são convertidos para Reais usando-se a taxa de câmbio vigente na data de fechamento dos respectivos balanços patrimoniais. As diferenças decorrentes da conversão de moeda são reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado.

### **3.2. Redução ao valor líquido recuperável de ativos (“impairment”)**

#### **i) Ativos financeiros não-derivativos**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamento dos devedores ou emissores;
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

#### *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

#### *Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial*

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

#### **ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

#### **iii) Alocação dos saldos de ágio**

O ágio que foi alocado a cada unidade geradora de caixa é submetido anualmente a uma avaliação de sua recuperação ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade geradora de caixa apresente performance abaixo do esperado. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil somado ao ágio a ela alocado, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada na redução do ágio alocado à unidade e posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um desses ativos. Qualquer perda no valor de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício em que ocorreu sua identificação, a qual não é revertida em períodos subsequentes, mesmo que os fatores que levaram ao seu registro deixem de existir.

### **3.3. Ajustes a valor presente**

As principais transações que resultam em ajustes a valor presente são relacionadas a operações de compra de mercadorias para revenda, efetuadas a prazo, bem como operações de revenda de mercadorias, cujos saldos são parcelados aos clientes, as quais são efetuadas com taxas de juros pré-fixadas. Vendas e compras são descontadas para determinar o valor presente na data das transações e considerando os prazos de parcelamento.

A taxa de desconto utilizada considera os efeitos das taxas de financiamento levadas ao consumidor final, ponderada ao percentual de risco de inadimplência avaliado e já considerado na provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O ajuste a valor presente das operações de revenda de mercadorias a prazo tem como contrapartida a rubrica “Contas a receber”. Sua realização é registrada na rubrica “Receitas de vendas de mercadorias”, também pela fruição de prazo.

O ajuste a valor presente do passivo relativo às operações de compra de mercadorias para revenda é registrado na rubrica “Fornecedores” com contrapartida na conta de “Estoques”. Sua reversão é registrada na rubrica “Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços” pela fruição de prazo.

### **3.4. Atualização monetária de direitos e obrigações**

Os ativos e passivos monetários sujeitos a reajustes contratuais ou variações cambiais e monetárias são atualizados até a data do balanço patrimonial, sendo essas variações registradas no resultado do exercício a que se referem.

### **3.5. Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

### **3.6. Benefício de empregados**

#### Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

#### Acordos de pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (vesting date).

Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (non-vesting conditions), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

### **3.7. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. É apresentada como parte de suas demonstrações contábeis individuais conforme requerido pela legislação societária brasileira e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas por não ser uma demonstração prevista e obrigatória conforme as IFRS.

### **3.8. Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.

#### **4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas**

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

##### **a) Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 2.3 - Bases de consolidação e investimentos em controladas: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida;
- Nota explicativa 22 - Receita líquida de vendas: determinação se a Companhia atua como agente na transação ou como principal; e
- Nota explicativa 29 - Arrendamentos compromissados: determinação se um contrato contém um arrendamento e classificação de arrendamento mercantil.

##### **b) Incertezas sobre estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 3.2 - Redução ao valor líquido recuperável de ativos (“impairment”): determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos;
- Nota explicativa 8 - Contas a receber: critérios e montantes da provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- Nota explicativa 9 - Estoques: critérios e montantes para a provisão para perdas em estoques.
- Nota explicativa 12 - Imposto de renda e contribuição social: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota explicativa 13 - Investimentos em controladas: aquisição de controlada pelo valor justo da contraprestação transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados em base provisória.
- Nota explicativa 15 e 16 - Imobilizado e Intangível - estimativa da vida útil dos ativos de longa duração.
- Nota explicativa 16 - Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento. A determinação do ágio na aquisição de redes de empresas de varejo é um processo complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento, perenidade e rentabilidade dos negócios da Companhia para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão;

- Notas explicativas 20 - Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

## **5. Novas normas, alterações e interpretações de normas**

Determinadas normas contábeis serão efetivas e aplicadas pela Companhia para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de forma antecipada. A Companhia adotará as normas aplicáveis na data que entrarem em vigor.

### **a) Impacto estimado da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e CPC 47 / IFRS 15**

A Companhia é obrigada a adotar o CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia já avaliou o impacto estimado que a aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9 (veja (b)) e do CPC 47 / IFRS 15 (veja (c)) terá em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, os quais estão descritos a seguir:

#### **b) CPC 48/ IFRS 09 - Instrumentos Financeiros**

O CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

##### **( i) Classificação - Ativos Financeiros**

O CPC 48 / IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A Companhia não espera um impacto significativo em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9, pois continuará mensurando a valor justo todos os ativos financeiros atualmente mensurados por esse critério, os quais são os mais representativos financeiramente. Os ativos financeiros classificados anteriormente como empréstimos e recebíveis serão classificados como custo amortizado, exceto pelos recebíveis comerciais em cartões de crédito e algumas aplicações financeiras equivalentes de caixa, que serão mensurados a valor justo, tendo em vista a frequência e montantes significativos de utilização de seus fluxos de caixa de forma antecipada.

##### **( ii) Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais**

A IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros

mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

A Companhia adotará a abordagem simplificada da norma para os ativos financeiros comerciais, onde a provisão para perdas será analisada ao longo da vida remanescente do ativo.

A Companhia espera que as perdas por redução ao valor recuperável de recebíveis comerciais deverão aumentar entre R\$ 10.000 e R\$ 15.000 na provisão reconhecida anteriormente de acordo com o CPC 38. A Companhia está em fase de elaboração de metodologia para definição de perda por redução ao valor recuperável, conforme o CPC 48.

***(iii) Transição***

A Companhia pretende aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção do CPC 48 / IFRS 09, serão reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.

**c) CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Clientes**

A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS.

A Companhia realizou diagnóstico da nova abordagem trazida pela norma e identificou os seguintes impactos:

***(i) Devoluções de produtos e cancelamento de serviços***

De acordo com o CPC 48/IFRS 15, em determinados casos, a Companhia pode transferir o controle do produto ao cliente e também concede o direito de devolução por diversas razões. O reconhecimento da receita para estes contratos será realizado à medida que seja provável que não ocorra uma reversão significativa no valor de receita acumulada. Assim, a Companhia deverá estimar o montante variável relacionado às possíveis devoluções no início do contrato e reconhecer este montante até a expiração do prazo suscetível a devoluções.

De forma análoga, é realizada a análise de possíveis cancelamento de serviços para o reconhecimento da contraprestação variável dentro das comissões por venda de serviços reconhecidas pela Companhia.

A Companhia estimou que uma provisão no montante de R\$ 3.200 e um ativo de devoluções no montante de R\$ 2.500 deveriam ser reconhecidos em 31 de dezembro de 2017, caso essa norma estivesse em vigor. Já o efeito de provisão de serviços cancelados seria insignificante em 31 de dezembro de 2017.

***(ii) Reconhecimento de receita de frete e montagem***

De acordo com o CPC 48/ IFRS 15, para cada obrigação de desempenho identificada, a Companhia deve determinar, no início do contrato, se satisfaz a obrigação de desempenho ao longo do tempo ou se satisfaz a obrigação de desempenho em momento específico no tempo. Em contrato de venda de produtos em que há montagem como uma obrigação de desempenho identificada separadamente, a Companhia deve identificar o momento que esta obrigação de desempenho é efetuada e reconhecer a receita relativa a esta obrigação de desempenho de forma segregada da receita de produtos.

A Companhia estimou que aproximadamente R\$ 64.000 deveriam ser reclassificados das receitas de vendas de mercadorias para as receitas de serviços no exercício de 2017, caso essa norma estivesse em vigor.

***(iii) Serviços oferecidos gratuitamente***

A norma CPC 48/ IFRS 15 requer que a Companhia aloque o preço de transação às obrigações de desempenho com base no preço de venda individual. Se o preço de venda individual para a opção do cliente de adquirir bens ou serviços adicionais não for diretamente observável, a Companhia deve estimar o respectivo valor e se relevante, registrar contabilmente.

***(iv) Cupons de desconto***

Os cupons de desconto concedidos ao cliente na aquisição de um bem resultarão em obrigação de desempenho distinta no contrato, pois proporcionam um direito material ao cliente que não receberia sem celebrar o contrato de venda. Assim, a Companhia deve alocar o preço da transação (cupom de desconto) às obrigações de desempenho com base no preço de venda individual. A Companhia deve reconhecer a receita quando (ou a medida que) satisfizer a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente. Se a Companhia espera ter direito ao valor por quebra (*breakage*) em passivo de contrato, deve reconhecer como receita proporcionalmente ao padrão de direitos exercidos pelos clientes.

Essa norma não traria impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia caso estivesse em vigor no exercício de 2017.

***(v) Transição***

A Companhia planeja adotar o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos do CPC 47 / IFRS 15 ao período comparativo apresentado.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

**d) CPC 06(R2)/IFRS 16 Leases (Arrendamentos)**

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.



A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

Em 2018, a Companhia planeja avaliar o efeito potencial de adoção da IFRS 16 nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**e) Outras alterações**

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações;
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **6. Caixa e equivalentes de caixa**

### **Política contábil**

A Administração da Companhia define como “Caixa e equivalentes de caixa” os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos financeiros de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor, sendo registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Na nota explicativa 28 está descrita a prática e política de risco de crédito.

Taxas	Controladora		Consolidado		
	2017	2016	2017	2016	
Caixa	<b>38.614</b>	36.063	<b>38.621</b>	36.069	
Bancos	<b>51.946</b>	37.933	<b>53.307</b>	41.039	
Certificados de depósitos bancários	De 70% a 101% CDI	<b>280.173</b>	488.084	<b>293.150</b>	499.493
Fundos de investimentos não exclusivos	102% CDI	<b>193</b>	648	<b>27.629</b>	22.540
Total de caixa e equivalentes de caixa		<b>370.926</b>	562.728	<b>412.707</b>	599.141

## 7. Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros

Ativos financeiros	Taxas	Controladora e Consolidado	
		2017	2016
<b>Títulos e valores mobiliários</b>			
Fundo de investimento não exclusivo	98% CDI	10.995	10.069
Fundo de investimento exclusivo:	(a)		
Debêntures		-	773
Títulos públicos federais e operações compromissadas		1.242.828	789.366
Depósitos a prazo e outros títulos		4.352	5.041
	Nota 10.a	1.247.180	795.180
<b>Total de títulos e valores mobiliários</b>		<b>1.258.175</b>	<b>805.249</b>
<b>Outros ativos financeiros - registrados ao valor justo por meio do resultado</b>			
Swap a receber - Hedge de valor justo	(b)	1.378	13.906
<b>Total de títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros</b>		<b>1.259.553</b>	<b>819.155</b>
Circulante		1.259.553	818.984
Não circulante		-	171

(a) Refere-se aos fundos de investimentos exclusivos de renda fixa. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a carteira estava distribuída nas modalidades de investimentos descritas na tabela acima, que estão atreladas a títulos e operações financeiras e referenciadas à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), com o objetivo de retornar a rentabilidade média de 103% do CDI à Companhia.

(b) Contabilização de *hedge* de valor justo, conforme detalhado na Nota 28.

A análise de risco crédito e análise de sensibilidade estão apresentadas na Nota 28.

## 8. Contas a receber

### Política contábil

Contas a receber são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor dos títulos, ajustado a valor presente, quando aplicável, representadas, principalmente, por créditos de vendas parceladas no crediário e com cartão de crédito e pela provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de financiamentos e demais valores a receber existentes na data do balanço. O critério de constituição da provisão leva em consideração, para as atividades de varejo, os índices de perdas históricos por faixa de vencimento da carteira.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Contas a receber de clientes:				
Cartões de crédito (a)	<b>818.154</b>	272.502	<b>820.267</b>	276.206
Cartões de débito (a)	<b>16.934</b>	11.474	<b>16.934</b>	11.474
Crediciário próprio (b)	<b>164.725</b>	118.171	<b>165.373</b>	118.226
Contratos de garantia complementar e outros seguros (c)	<b>63.517</b>	60.155	<b>63.517</b>	60.155
Total de contas a receber de clientes	<b>1.063.330</b>	462.302	<b>1.066.091</b>	466.061
Provenientes de acordos comerciais (d)	<b>252.146</b>	170.010	<b>256.697</b>	171.984
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<b>(42.672)</b>	(29.535)	<b>(42.672)</b>	(29.535)
Ajuste a valor presente	<b>(34.080)</b>	(23.873)	<b>(34.085)</b>	(23.939)
Total de contas a receber	<b>1.238.724</b>	578.904	<b>1.246.031</b>	584.571
Circulante	<b>1.233.983</b>	575.334	<b>1.241.290</b>	581.001
Não circulante	<b>4.741</b>	3.570	<b>4.741</b>	3.570

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes é de 20 dias (14 dias em 31 de dezembro de 2016), na controladora e consolidado. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía contas a receber cedidas em garantia de empréstimos (31 em dezembro de 2016 o montante era de R\$109.445, representadas por recebíveis de cartões de crédito).

- (a) Contas a receber decorrentes das vendas realizadas por meio dos cartões de crédito e débito, os quais a Companhia recebe das operadoras em montantes, prazos e quantidade de parcelas definidos no momento da venda do produto. Em 31 de dezembro de 2017, a Controladora possuía créditos cedidos a instituições financeiras que montavam R\$ 1.506.129 (R\$ 1.587.544 em 31 de dezembro de 2016) e Consolidado R\$ 1.528.700 (R\$ 1.587.544 em 31 de dezembro de 2016), sobre os quais é aplicado um desconto que varia de 105,0% a 109,0% do CDI, apropriado ao resultado na rubrica de “Despesas financeiras”. A Companhia, por meio das operações de cessão de recebíveis em cartões, transfere para as operadoras e instituições financeiras todos os riscos de recebimento dos clientes e, deste modo, liquida as contas a receber relativas a esses créditos, sendo os respectivos encargos financeiros registrados ao resultado do exercício no momento da liquidação.
- (b) Refere-se às contas a receber decorrentes de vendas financiadas pela Companhia e por outras instituições financeiras.
- (c) Estas vendas são intermediadas pela Controladora para a Luizaseg e Cardif. A Controladora destina às suas parceiras o valor da garantia estendida e outros seguros, em sua totalidade, no mês subsequente à venda e recebe dos clientes de acordo com o prazo firmado na transação.
- (d) Refere-se a bonificações a serem recebidas de fornecedores devido ao atendimento do volume de compras, bem como de acordos que definem participação do fornecedor nos dispêndios relacionados à veiculação de propaganda e publicidade (propaganda cooperada).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>(29.535)</b>	(46.640)	<b>(29.535)</b>	(46.640)
<b>(+) Adições</b>	<b>(52.448)</b>	(43.200)	<b>(52.455)</b>	(43.287)
<b>(-) Baixas</b>	<b>39.311</b>	60.305	<b>39.318</b>	60.392
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(42.672)</b>	(29.535)	<b>(42.672)</b>	(29.535)

A composição das contas a receber de clientes e provenientes de acordos comerciais por idade de vencimento é como segue:

	Contas a receber de clientes				Provenientes de acordos comerciais			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Valores a vencer:								
Até 30 dias	<b>151.232</b>	76.846	<b>153.993</b>	77.492	<b>92.319</b>	56.032	<b>96.870</b>	58.006
Entre 31 e 60 dias	<b>99.316</b>	45.242	<b>99.316</b>	45.407	<b>106.629</b>	88.776	<b>106.629</b>	88.776
Entre 61 e 90 dias	<b>66.499</b>	26.308	<b>66.499</b>	27.117	<b>23.797</b>	11.740	<b>23.797</b>	11.740
Entre 91 e 180 dias	<b>284.648</b>	51.629	<b>284.648</b>	52.910	<b>17.186</b>	9.173	<b>17.186</b>	9.173
Entre 181 e 360 dias	<b>430.941</b>	233.649	<b>430.941</b>	234.507	<b>1.837</b>	3	<b>1.837</b>	3
Acima de 361 dias	<b>10.202</b>	7.424	<b>10.202</b>	7.424	<b>1.103</b>	-	<b>1.103</b>	-
	<b>1.042.838</b>	441.098	<b>1.045.599</b>	444.857	<b>242.871</b>	165.724	<b>247.422</b>	167.698
Valores vencidos:								
Até 30 dias	<b>6.105</b>	5.979	<b>6.105</b>	5.979	<b>5.499</b>	3.138	<b>5.499</b>	3.138
Entre 31 e 60 dias	<b>3.599</b>	4.814	<b>3.599</b>	4.814	<b>284</b>	509	<b>284</b>	509
Entre 61 e 90 dias	<b>3.065</b>	2.650	<b>3.065</b>	2.650	<b>148</b>	29	<b>148</b>	29
Entre 91 e 180 dias	<b>7.723</b>	7.761	<b>7.723</b>	7.761	<b>3.344</b>	610	<b>3.344</b>	610
	<b>20.492</b>	21.204	<b>20.492</b>	21.204	<b>9.275</b>	4.286	<b>9.275</b>	4.286
<b>Total</b>	<b>1.063.330</b>	462.302	<b>1.066.091</b>	466.061	<b>252.146</b>	170.010	<b>256.697</b>	171.984

Na nota explicativa 28 está descrita a prática e política de risco de crédito.

## 9. Estoques

### Política contábil

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização. O custo médio de aquisição compreende o preço de compra, os impostos e tributos não recuperáveis, como por exemplo, o ICMS substituição tributária, bem como outros custos diretamente atribuíveis à aquisição e a descontos comerciais. As provisões para perdas nos estoques são compostas pela provisão para realização de estoques que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda e provisão para obsolescência que considera mercadorias encaminhadas à assistência técnica e a provisão para perdas em inventários físicos de lojas e centros de distribuição.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Mercadorias para revenda	<b>2.000.926</b>	1.616.710	<b>2.016.812</b>	1.626.787
Material para consumo	<b>9.073</b>	11.483	<b>9.073</b>	11.483
Provisões para perdas nos estoques	<b>(56.036)</b>	(40.894)	<b>(56.552)</b>	(41.527)
<b>Total</b>	<b>1.953.963</b>	1.587.299	<b>1.969.333</b>	1.596.743

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui estoques de mercadorias para revendas dadas em garantias de processos judiciais, em fase de execução, no montante aproximado de R\$ 24.364 (R\$ 2.353 em 31 de dezembro de 2016).

A movimentação da provisão para perdas nos estoques é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	<b>(40.894)</b>	(30.391)	<b>(41.527)</b>	(30.391)
Constituição da provisão	<b>(36.244)</b>	(55.289)	<b>(36.127)</b>	(55.922)
Estoques baixados ou vendidos	<b>21.102</b>	44.786	<b>21.102</b>	44.786
<b>Saldo final</b>	<b>(56.036)</b>	(40.894)	<b>(56.552)</b>	(41.527)

## 10. Partes relacionadas

### a) Saldo de partes relacionadas

Empresa	Ativo (Passivo)				Resultado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
<b>Luizacred (i)</b>								
Comissões por serviços prestados	10.919	10.843	10.919	10.843	130.004	118.979	130.004	118.979
Crédito direto ao consumidor	2.533	2.834	2.533	2.834	-	-	-	-
Repasses de recebimentos	(43.631)	(27.853)	(43.631)	(27.853)	-	-	-	-
Cartão de crédito	42.338	18.646	42.338	18.646	(169.955)	(153.244)	(169.955)	(153.244)
Reembolso de despesas compartilhadas	-	-	-	-	63.703	50.630	63.703	50.630
	12.159	4.470	12.159	4.470	23.752	16.365	23.752	16.365
<b>Luizaseg (ii)</b>								
Comissões por serviços prestados	30.435	28.722	30.435	28.722	272.089	240.112	272.089	240.112
Dividendos a receber	9.869	2.830	9.869	2.830	-	-	-	-
Repasses de recebimentos	(43.373)	(38.605)	(43.373)	(38.605)	-	-	-	-
	(3.069)	(7.053)	(3.069)	(7.053)	272.089	240.112	272.089	240.112
<b>Luiza Administradora de Consórcio ("LAC") (iii)</b>								
Comissões por serviços prestados	1.087	828	-	-	12.035	9.966	-	-
Grupo de Consórcios	(590)	(941)	(590)	(941)	-	-	-	-
Dividendos a receber	1.782	1.447	-	-	-	-	-	-
	2.279	1.334	(590)	(941)	12.035	9.966	-	-
<b>Campos Floridos - "Época Cosméticos" (iv)</b>								
Comissões por serviços prestados	22	-	-	-	127	-	-	-
Custos com aquisição de mercadorias	-	-	-	-	-	(3.752)	-	-
	22	-	-	-	127	(3.752)	-	-
<b>Donatelo - "Integra Commerce" (v)</b>								
Reembolso de despesas compartilhadas	328	-	-	-	328	-	-	-
	328	-	-	-	328	-	-	-
<b>MTG Adm, Assessoria e Participações S.A. (vi)</b>								
Aluguéis	(1.176)	(1.979)	(1.179)	(1.981)	(22.107)	(20.056)	(22.149)	(20.080)
	(1.176)	(1.979)	(1.179)	(1.981)	(22.107)	(20.056)	(22.149)	(20.080)
<b>PJD Agropastoril Ltda. (vii)</b>								
Aluguéis, fretes e outros repasses	(44)	(43)	(76)	(73)	(2.610)	(2.667)	(2.989)	(3.026)
	(44)	(43)	(76)	(73)	(2.610)	(2.667)	(2.989)	(3.026)
<b>ETCO - Sociedade em Conta de Participação (viii)</b>								
Comissão de agenciamento - "Fee"	-	-	-	-	(8.770)	(10.001)	(8.770)	(10.001)
Despesa com veiculação de mídia	-	(3.356)	-	(3.356)	(176.261)	(148.960)	(176.261)	(148.960)
	-	(3.356)	-	(3.356)	(185.031)	(158.961)	(185.031)	(158.961)
<b>Total partes relacionadas</b>	<b>10.499</b>	<b>(6.627)</b>	<b>7.245</b>	<b>(8.934)</b>	<b>98.583</b>	<b>81.007</b>	<b>85.672</b>	<b>74.410</b>

	Ativo (Passivo)			
	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Reconciliação				
Contas a receber de partes relacionadas	99.985	66.296	96.766	64.021
Contas a pagar a partes relacionadas	(89.486)	(72.923)	(89.521)	(72.955)
Total	10.499	(6.627)	7.245	(8.934)

Demais partes relacionadas:	Ativo (Passivo)				Resultado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Títulos e valores mobiliários								
Fundos de investimentos (ix)	1.247.180	795.180	1.247.180	795.180	52.268	37.587	52.268	37.587

- (i) As transações com a Luizacred, controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A., referem-se às seguintes atividades:
- (a) Recebíveis em cartões de crédito *private label* e despesas financeiras com antecipação de tais recebíveis;
  - (b) Saldo a receber decorrente de vendas de produtos financiadas aos clientes pela Luizacred, recebidas pela Controladora;
  - (c) Comissões dos serviços prestados mensalmente pela Companhia, que incluem a captação de clientes, gestão e administração das operações de crédito ao consumidor, controle e cobrança dos financiamentos concedidos, indicação de seguros vinculados aos produtos e serviços financeiros. Acesso aos sistemas e rede de telecomunicações, além de arquivamento e disponibilidade de espaço físico nos pontos de venda. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se a recebimentos de prestações de clientes nos caixas das lojas da Companhia, que são transferidos para a Luizacred;
- (ii) Os valores a receber (ativo circulante) e receitas da Luizaseg, controlada em conjunto com a NCVP Participações Societárias S.A., subsidiária da Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A., são decorrentes de comissões dos serviços prestados mensalmente pela Companhia referentes às vendas de garantias estendidas e dividendos propostos. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se aos repasses de garantias estendidas vendidas, realizados à Luizaseg, em sua totalidade, no mês subsequente às vendas.
- (iii) Os valores a receber (ativo circulante) da LAC, controlada integral, referem-se a dividendos propostos, às comissões pelas vendas efetuadas pela Controladora como representante das operações de consórcio. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se aos repasses a realizar à LAC referentes às prestações de consórcios recebidas pela Controladora nos caixas dos seus pontos de venda.
- (iv) As transações com a Campos Floridos - “Época Cosméticos”, controlada integral, referem-se ao custo de aquisição de mercadorias para revenda e também comissões com vendas via plataforma de *Marketplace* do Magazine Luiza.
- (v) As transações com a Donatelo - “Integra Commerce”, controlada integral, referem-se reembolso de despesas compartilhadas.
- (vi) As transações com a MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. (“MTG”), controlada pelos mesmos controladores da Companhia, referem-se a despesas com aluguéis de prédios comerciais para o estabelecimento de suas lojas, assim como centros de distribuição e escritório central.
- (vii) As transações com a PJD Agropastoril Ltda., empresa controlada por controladores indiretos da Companhia, referem-se a despesas com aluguéis de imóveis comerciais para estabelecimento de suas lojas e aluguéis de caminhões para fretes de mercadorias.
- (viii) As transações com a ETCO, Sociedade em Conta de Participação que tem como sócia participante empresa controlada pela presidente do Conselho de Administração da Companhia, referem-se a contratos de prestação de serviços de publicidade e propaganda, incluindo também repasses relacionados a serviços de veiculação, produção de mídias e criação gráfica.
- (ix) Refere-se às operações de aplicação, resgate e rendimentos com os fundos de investimentos exclusivos (ML Renda Fixa Crédito Privado FI e FI Caixa ML RF Longo Prazo, vide Nota 7 - Títulos e valores mobiliários).

b) Remuneração da Administração

	2017		2016	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Remuneração fixa e variável	<b>2.968</b>	<b>11.274</b>	2.913	9.364
Plano de opção de ações	<b>188</b>	<b>1.400</b>	2.454	863

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. Os benefícios de curto prazo para a diretoria estatutária são os mesmos dos demais funcionários da Companhia. É política interna da Companhia o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados aos seus colaboradores. Tais valores estão sendo provisionados em bases mensais pela Companhia, de acordo com a estimativa de atendimento de metas. Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, em 20 de abril de 2017, a remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Estatutária) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em que é previsto o limite máximo de remuneração de R\$ 19.447.

## 11. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
ICMS a recuperar (a)	<b>341.473</b>	406.068	<b>341.495</b>	406.068
IRPJ e CSLL a recuperar	-	1.160	<b>142</b>	1.380
IRRF a recuperar	<b>7.793</b>	21.388	<b>7.794</b>	21.405
PIS e COFINS a recuperar	<b>13.148</b>	4.163	<b>14.767</b>	5.420
Outros	<b>2.513</b>	1.482	<b>2.513</b>	1.482
	<b>364.927</b>	434.261	<b>366.711</b>	435.755
Ativo circulante	<b>198.894</b>	210.657	<b>200.678</b>	212.151
Ativo não circulante	<b>166.033</b>	223.604	<b>166.033</b>	223.604

(a) Referem-se a créditos acumulados de ICMS próprio e por substituição tributária, oriundos de aplicação de alíquotas diversificadas em operações de entrada e de saída de mercadoria interestaduais. Os referidos créditos estão sendo realizados por meio de solicitação de ressarcimento e compensações de débitos de mesma natureza junto aos estados de origem do crédito.

## 12. Imposto de renda e contribuição social

### Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

#### *Imposto corrente*

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício. As provisões para imposto sobre a renda e contribuição social são calculadas individualmente por empresa componente da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios.

#### *Imposto diferido*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes, usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não sujeitos à prescrição. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a base tributável futura será em montante suficiente para absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

A probabilidade de recuperação do saldo de impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Os impostos diferidos ativos e passivos são mutuamente compensados apenas quando há o direito legal de compensação, quando estão relacionados aos impostos administrados pela mesma

autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

*Subvenções Governamentais para Investimento*

Subvenções governamentais para investimento são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

a) Reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<b>476.109</b>	74.078	<b>476.873</b>	77.096
Alíquota nominal vigente	<b>34%</b>	34%	<b>34%</b>	34%
Expectativa débito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	<b>(161.877)</b>	(25.187)	<b>(162.137)</b>	(26.213)
<b>Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):</b>				
Exclusão - equivalência patrimonial	<b>31.287</b>	24.910	<b>29.293</b>	21.319
Efeito de juros sobre o capital próprio a pagar	<b>25.500</b>	-	<b>25.500</b>	-
Efeito de subvenção governamental <sup>(1)</sup>	<b>23.222</b>	20.588	<b>23.222</b>	20.588
Efeito da inovação tecnológica	<b>4.892</b>	-	<b>4.892</b>	-
Efeito de juros sobre o capital próprio a receber	<b>(9.363)</b>	-	<b>(9.363)</b>	-
Outras exclusões permanentes, líquidas	<b>(748)</b>	(7.824)	<b>742</b>	(6.225)
(Débito)/crédito de imposto de renda e contribuição social	<b>(87.087)</b>	12.487	<b>(87.851)</b>	9.469
Corrente	<b>(73.201)</b>	-	<b>(76.823)</b>	(3.194)
Diferido	<b>(13.886)</b>	12.487	<b>(11.028)</b>	12.663
Total	<b>(87.087)</b>	12.487	<b>(87.851)</b>	9.469
Taxa efetiva	<b>18,3%</b>	16,9%	<b>18,4%</b>	12,3%

(1) A Companhia possui subvenção para investimentos, concedida por alguns entes governamentais onde possui operação, na forma de créditos presumidos de ICMS. As subvenções governamentais são registradas na demonstração do resultado do exercício na rubrica de receita líquida de vendas. Até o encerramento do exercício de 2017 e 2016, a Companhia cumpriu com todos os requisitos solicitados pelos termos de subvenção, tais como cumprimento de obrigações fiscais, manutenção dos empregos acordados, faturamento mínimo e manutenção de estrutura logística com espaço físico apropriado para estocagem de mercadorias no ente governamental concedente.



## 12. Imposto de renda e contribuição social

### *Imposto diferido*

#### *b) Composição e movimentação dos saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos*

<b>Controladora</b>	<b>Saldo em 01/01/2016</b>	<b>Reconhecido no resultado</b>	<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>Reconhecido no resultado</b>	<b>Compensação de Prejuízo Fiscal com PERT(1)</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo:						
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	146.684	795	<b>147.479</b>	<b>(25.680)</b>	<b>(7.882)</b>	<b>113.917</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	15.857	(5.815)	<b>10.042</b>	<b>4.466</b>	-	<b>14.508</b>
Provisão para perda nos estoques	10.333	3.571	<b>13.904</b>	<b>5.148</b>	-	<b>19.052</b>
Provisão para ajustes a valor presente	7.194	(1.304)	<b>5.890</b>	<b>2.758</b>	-	<b>8.648</b>
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	78.203	15.315	<b>93.518</b>	<b>7.509</b>	-	<b>101.027</b>
Variações cambiais	-	14.895	<b>14.895</b>	<b>(10.212)</b>	-	<b>4.683</b>
Outras provisões	4.821	(268)	<b>4.553</b>	<b>6.603</b>	-	<b>11.156</b>
	<b>263.092</b>	<b>27.189</b>	<b>290.281</b>	<b>(9.408)</b>	<b>(7.882)</b>	<b>272.991</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo:						
Amortização de intangível	(34.490)	(6.298)	<b>(40.788)</b>	<b>(891)</b>	-	<b>(41.679)</b>
Atualização de depósitos judiciais	-	(6.203)	<b>(6.203)</b>	<b>(2.793)</b>	-	<b>(8.996)</b>
Outros	-	(2.201)	<b>(2.201)</b>	<b>(794)</b>	-	<b>(2.995)</b>
	<b>(34.490)</b>	<b>(14.702)</b>	<b>(49.192)</b>	<b>(4.478)</b>	-	<b>(53.670)</b>
	<b>228.602</b>	<b>12.487</b>	<b>241.089</b>	<b>(13.886)</b>	<b>(7.882)</b>	<b>219.321</b>

(1) Compensação de prejuízo fiscal, referente à adesão ao Programa Especial Regularização Tributária (PERT), conforme IN 1752/2017.

<b>Consolidado</b>	<b>Saldo em 01/01/2016</b>	<b>Reconhecido no resultado</b>	<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>Reconhecido no resultado</b>	<b>Compensação de Prejuízo Fiscal com PERT(1)</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo:						
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	147.170	737	<b>147.907</b>	<b>(22.772)</b>	<b>(7.882)</b>	<b>117.253</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	15.857	(5.815)	<b>10.042</b>	<b>4.466</b>	-	<b>14.508</b>
Provisão para perda em estoques	10.393	3.727	<b>14.120</b>	<b>5.109</b>	-	<b>19.229</b>
Provisão para ajuste a valor presente	7.194	(1.281)	<b>5.913</b>	<b>2.758</b>	-	<b>8.671</b>
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	78.402	15.320	<b>93.722</b>	<b>7.513</b>	-	<b>101.235</b>
Variações cambiais	-	14.895	<b>14.895</b>	<b>(10.212)</b>	-	<b>4.683</b>
Outras provisões	4.821	(218)	<b>4.603</b>	<b>6.588</b>	-	<b>11.191</b>
	<b>263.837</b>	<b>27.365</b>	<b>291.202</b>	<b>(6.550)</b>	<b>(7.882)</b>	<b>276.770</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo:						
Amortização de intangível	(34.490)	(6.298)	<b>(40.788)</b>	<b>(891)</b>	-	<b>(41.679)</b>
Atualização de depósitos judiciais	-	(6.203)	<b>(6.203)</b>	<b>(2.793)</b>	-	<b>(8.996)</b>
Outros	-	(2.201)	<b>(2.201)</b>	<b>(794)</b>	-	<b>(2.995)</b>
	<b>(34.490)</b>	<b>(14.702)</b>	<b>(49.192)</b>	<b>(4.478)</b>	-	<b>(53.670)</b>
	<b>229.347</b>	<b>12.663</b>	<b>242.010</b>	<b>(11.028)</b>	<b>(7.882)</b>	<b>223.100</b>

(1) Compensação de prejuízo fiscal, referente à adesão ao Programa Especial Regularização Tributária (PERT), conforme IN 1752/2017

O ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, aprovadas pela Administração. A expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Ano de realização		
2018	<b>114.025</b>	<b>114.292</b>
2019	<b>87.632</b>	<b>91.177</b>
2020	<b>16.873</b>	<b>17.259</b>
2021	<b>15.522</b>	<b>15.731</b>
2022 em diante	<b>38.939</b>	<b>38.311</b>
	<b>272.991</b>	<b>276.770</b>

### 13. Investimentos em controladas

#### Donatelo Desenvolvimento de Software e Marketing Digital Ltda - “Integra Commerce”

Em 03 de abril de 2017, a Controladora obteve o controle e 100% das ações do capital votante da “Integra Commerce”, uma startup de tecnologia de capital fechado com sede em Itajubá, Minas Gerais-Brasil, especializada na integração e gestão do relacionamento entre lojistas e marketplaces.

A aquisição da Integra Commerce acelera a execução da principal estratégia de negócios da Companhia em 2017: o desenvolvimento de uma plataforma digital aberta - o marketplace - rentável, com os menores custos do mercado para os lojistas que desejarem fazer parte dela.

O valor justo do intangível identificado na combinação de negócios é de R\$ 2.020. Não foram identificados outros ativos e passivos relevantes na transação.

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentado nas demonstrações contábeis individuais, é como segue:

	Época		LAC		Integra Commerce	
	2017	2016	2017	2016	2017	
Ações (quotas) possuídas - em milhares	<b>12.855</b>	12.855	<b>6.500</b>	6.500	<b>100</b>	
Ativos circulantes	<b>26.101</b>	19.235	<b>41.436</b>	34.572	<b>241</b>	
Ativos não circulantes	<b>10.666</b>	6.803	<b>3.904</b>	3.967	<b>2.498</b>	
Passivos circulantes	<b>23.233</b>	11.469	<b>12.982</b>	11.288	<b>607</b>	
Passivos não circulantes	<b>3.784</b>	8.473	<b>2.537</b>	3.152	-	
Capital social	<b>16.755</b>	12.255	<b>6.500</b>	6.500	<b>1.025</b>	
Patrimônio líquido	<b>9.750</b>	6.096	<b>29.821</b>	24.099	<b>2.132</b>	
Receitas líquidas	<b>79.007</b>	60.177	<b>65.352</b>	53.530	<b>758</b>	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<b>(846)</b>	4.469	<b>7.505</b>	6.095	<b>(793)</b>	
<b>Movimentação dos investimentos</b>						
					<b>Integra Commerce</b>	
					<b>2017</b>	
Saldos no início do exercício		<b>42.923</b>	37.454	<b>24.099</b>	19.451	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital “AFAC”		<b>4.500</b>	1.000	-	-	<b>925</b>
Ativos identificados em combinação de negócios		-	-	-	-	<b>2.020</b>
Passivo a descoberto na data da aquisição de controlada		-	-	-	-	<b>(20)</b>
Dividendos propostos		-	-	<b>(1.783)</b>	(1.447)	-
Resultado de equivalência patrimonial		<b>(846)</b>	4.469	<b>7.505</b>	6.095	<b>(793)</b>
Saldos no fim do exercício		<b>46.577</b>	42.923	<b>29.821</b>	24.099	<b>2.132</b>
<b>Total de investimentos em controladas</b>						
		<b>2017</b>	<b>2016</b>			
Época Cosméticos		<b>9.750</b>	6.096			
Época Cosméticos - ágio		<b>36.827</b>	36.827			
Grupo de consórcio (“LAC”)		<b>29.821</b>	24.099			
Integra Commerce		<b>2.132</b>	-			
		<b>78.530</b>	67.022			

## 14. Investimentos em controladas em conjunto

### Política Contábil

O investimento em uma *joint venture* é reconhecido inicialmente ao custo. A partir da data de aquisição, o valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da *joint venture*.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da *joint venture*. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes na Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio líquido da *joint venture*, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a *joint venture* são eliminados em proporção à participação na *joint venture*.

As demonstrações contábeis da *joint venture* são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua *joint venture*. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na *joint venture* sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da *joint venture* e o valor contábil e reconhece a perda na demonstração do resultado. A Companhia não identificou evidências objetivas para reconhecer redução ao valor recuperável em 2017 e 2016.

	Luizacred (a)		Luizaseg (b)	
	2017	2016	2017	2016
Ações totais - em milhares	<b>978</b>	<b>978</b>	<b>133.883</b>	<b>133.883</b>
Percentual de participação direta	<b>50%</b>	<b>50%</b>	<b>50%</b>	<b>50%</b>
Ativos circulantes	<b>5.108.440</b>	4.006.492	<b>174.120</b>	142.886
Ativos não circulantes	<b>550.506</b>	441.504	<b>320.376</b>	320.370
Passivos circulantes	<b>4.903.194</b>	3.769.476	<b>194.592</b>	177.788
Passivos não circulantes	<b>168.604</b>	127.566	<b>91.246</b>	75.650
Capital social	<b>291.700</b>	274.624	<b>133.883</b>	133.884
Patrimônio líquido	<b>587.148</b>	550.954	<b>208.658</b>	209.818
Receitas líquidas	<b>1.688.512</b>	1.669.580	<b>395.602</b>	364.902
Lucro líquido do exercício	<b>137.524</b>	101.572	<b>34.788</b>	23.832
	<b>Luizacred (a)</b>		<b>Luizaseg (b)</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b><u>Movimentação dos investimentos</u></b>				
Saldos no início do exercício	<b>275.477</b>	281.630	<b>18.353</b>	15.839
Dividendos propostos	<b>(50.665)</b>	(56.939)	<b>(19.431)</b>	(12.232)
Outros resultados abrangentes	-	-	<b>1.457</b>	2.830
Resultado de equivalência patrimonial	<b>68.762</b>	50.786	<b>17.394</b>	11.916
Saldos no fim do exercício	<b>293.574</b>	275.477	<b>17.773</b>	18.353

**Total de investimentos em controladas em conjunto**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Luizacred (a)	<b>293.574</b>	275.477
Luizaseg (b)	<b>104.329</b>	104.909
Luizaseg - Lucros não realizados (c)	<b>(86.556)</b>	(86.556)
Total de investimentos em controladas em conjunto	<b>311.347</b>	293.830

- (a) Participação de 50% do capital social votante representando o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle do negócio, exigido o consentimento unânime das partes sobre decisões e atividades financeiras e operacionais relevantes. A Luizacred é controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A. e tem por objeto, a oferta, a distribuição e a comercialização de produtos e serviços financeiros aos clientes na rede de lojas da Controladora.
- (b) Participação de 50% do capital social votante representando o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle do negócio, exigido o consentimento unânime das partes sobre decisões e atividades de garantias e operacionais relevantes. A Luizaseg é controlada em conjunto com a NCVP Participações Societárias S.A., subsidiária da Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A. e tem por objeto o desenvolvimento, a venda e a administração de garantias estendidas para qualquer tipo de produto vendido no Brasil por meio da rede de lojas da Controladora.
- (c) Lucros não realizados decorrente de transações de intermediação de vendas de seguros de garantia estendida para a controlada em conjunto Luizaseg.

## **15. Imobilizado**

### **Política contábil**

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, à exceção de terrenos e obras em andamento, acrescidos dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção dos bens, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear, de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Ganhos ou perdas na venda ou baixa são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A política contábil relacionada à redução ao valor recuperável de ativos imobilizados está descrita na nota explicativa 3.2.

A movimentação do imobilizado, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, é como segue:

a) *Controladora*

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2017
Móveis e utensílios	91.039	18.733	(16.684)	(401)	1.426	94.113
Máquinas e equipamentos	64.761	9.271	(5.066)	(242)	(804)	67.920
Veículos	13.796	403	(3.452)	326	-	11.073
Computadores e periféricos	35.699	16.385	(13.417)	(130)	69	38.606
Benfeitorias	331.004	-	(50.657)	(128)	53.092	333.311
Obras em andamento	11.831	49.744	-	(232)	(53.092)	8.251
Outros	11.190	5.993	(2.532)	(149)	(691)	13.811
	<b>559.320</b>	<b>100.529</b>	<b>(91.808)</b>	<b>(956)</b>	<b>-</b>	<b>567.085</b>

	Saldo em 01/01/2016	Adições	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2016
Móveis e utensílios	94.128	12.500	(15.173)	(806)	390	91.039
Máquinas e equipamentos	64.057	5.868	(4.584)	(377)	(203)	64.761
Veículos	17.349	444	(3.968)	(29)	-	13.796
Computadores e periféricos	34.489	12.902	(12.962)	(110)	1.380	35.699
Benfeitorias	322.730	-	(54.347)	(946)	63.567	331.004
Obras em andamento	35.770	40.851	-	(159)	(64.631)	11.831
Outros	9.288	4.497	(1.890)	(202)	(503)	11.190
	<b>577.811</b>	<b>77.062</b>	<b>(92.924)</b>	<b>(2.629)</b>	<b>-</b>	<b>559.320</b>

	2017			2016		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	196.822	(102.709)	94.113	179.215	(88.176)	91.039
Máquinas e equipamentos	102.761	(34.841)	67.920	95.023	(30.262)	64.761
Veículos	32.410	(21.337)	11.073	43.344	(29.548)	13.796
Computadores e periféricos	169.584	(130.978)	38.606	158.887	(123.188)	35.699
Benfeitorias	673.263	(339.952)	333.311	630.649	(299.645)	331.004
Obras em andamento	8.251	-	8.251	11.831	-	11.831
Outros	27.178	(13.367)	13.811	22.722	(11.532)	11.190
	<b>1.210.269</b>	<b>(643.184)</b>	<b>567.085</b>	1.141.671	(582.351)	559.320

b) *Consolidado*

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Adição por aquisição de controlada	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2017
Móveis e utensílios	91.039	18.750	-	(16.685)	(401)	1.426	94.129
Máquinas e equipamentos	64.761	9.273	-	(5.066)	(242)	(804)	67.922
Veículos	13.796	403	-	(3.452)	326	-	11.073
Computadores e periféricos	35.699	16.437	3	(13.419)	(130)	69	38.659
Benfeitorias	331.004	-	-	(50.657)	(128)	53.092	333.311
Obras em andamento	11.831	49.744	-	-	(232)	(53.092)	8.251
Outros	11.937	7.388	-	(2.802)	(150)	(691)	15.682
	<b>560.067</b>	<b>101.995</b>	<b>3</b>	<b>(92.081)</b>	<b>(957)</b>	<b>-</b>	<b>569.027</b>

	<b>Saldo em</b> <b>01/01/2016</b>	<b>Adições</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferência</b>	<b>Saldo em</b> <b>31/12/2016</b>
Móveis e utensílios	94.128	12.500	(15.173)	(806)	390	<b>91.039</b>
Máquinas e equipamentos	64.057	5.868	(4.584)	(377)	(203)	<b>64.761</b>
Veículos	17.349	444	(3.968)	(29)	-	<b>13.796</b>
Computadores e periféricos	34.489	12.902	(12.962)	(110)	1.380	<b>35.699</b>
Benfeitorias	322.730	-	(54.347)	(946)	63.567	<b>331.004</b>
Obras em andamento	35.770	40.851	-	(159)	(64.631)	<b>11.831</b>
Outros	10.048	4.737	(2.143)	(202)	(503)	<b>11.937</b>
	<b>578.571</b>	<b>77.302</b>	<b>(93.177)</b>	<b>(2.629)</b>	<b>-</b>	<b>560.067</b>

	<b>2017</b>			<b>2016</b>		
	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Líquido</b>
Móveis e utensílios	<b>196.839</b>	<b>(102.710)</b>	<b>94.129</b>	179.215	(88.176)	91.039
Máquinas e equipamentos	<b>102.763</b>	<b>(34.841)</b>	<b>67.922</b>	95.023	(30.262)	64.761
Veículos	<b>32.410</b>	<b>(21.337)</b>	<b>11.073</b>	43.344	(29.548)	13.796
Computadores e periféricos	<b>169.639</b>	<b>(130.980)</b>	<b>38.659</b>	158.887	(123.188)	35.699
Benfeitorias	<b>673.263</b>	<b>(339.952)</b>	<b>333.311</b>	630.649	(299.645)	331.004
Obras em andamento	<b>8.251</b>	-	<b>8.251</b>	11.831	-	11.831
Outros	<b>31.071</b>	<b>(15.389)</b>	<b>15.682</b>	25.218	(13.281)	11.937
	<b>1.214.236</b>	<b>(645.209)</b>	<b>569.027</b>	1.144.167	(584.100)	560.067

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou R\$1.569 (R\$ 2.979 em 31 de dezembro de 2016), referente aos custos de empréstimos capitalizados para a abertura de novas lojas e aquisição de instalações e de equipamentos. Foi utilizada a taxa média dos empréstimos para efetuar o cálculo dos custos de empréstimos passíveis de serem capitalizados.

c) *Taxas de depreciação*

As taxas anuais de depreciação são demonstradas a seguir:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Móveis e utensílios	<b>10%</b>	10%
Máquinas e equipamentos	<b>5%</b>	5%
Veículos leves	<b>20%</b>	20%
Veículos pesados	<b>14,3%</b>	14,3%
Computadores e periféricos	<b>20%</b>	20%
Benfeitorias	<b>7,8%</b>	9,1%

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía bens imobilizados totalmente depreciados em operação no montante de R\$ 175.460 (R\$170.586 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia não possui itens imobilizados ociosos ou mantidos para venda.

d) *Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"*

Nos exercícios apresentados não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

## 16. Intangível

### Política contábil

Os ativos intangíveis representados por valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais (fundos de comércio) são amortizados linearmente por 10 anos, período que reflete a melhor estimativa da Administração sobre o tempo mínimo de permanência em imóvel alugado.

Os softwares referem-se ao custo de aquisição do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em cinco anos.

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais. Enquanto tais desenvolvimentos não são encerrados, os saldos são controlados no grupo de “Projetos em andamento”.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios referem-se, substancialmente, aos ágios apurados em aquisições de investimentos representados por redes de lojas. Nas demonstrações contábeis consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados, sendo reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

A política contábil relacionada à redução ao valor recuperável de intangíveis está descrita na nota explicativa 3.2.

A movimentação registrada durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi a seguinte:

a) Controladora

	Saldo em					Saldo em
	31/12/2016	Adições	Amortização	Baixas	Transferência	31/12/2017
Ágio na aquisição de novas redes	313.856	-	-	-	-	313.856
Fundo de comércio	33.303	150	(6.098)	(452)	431	27.334
Software e desenvolvimento interno	119.880	11.844	(44.179)	-	56.190	143.735
Projetos em andamento	2.567	55.219	-	(98)	(56.621)	1.067
Marcas e patentes	14	-	(14)	-	-	-
Outros	104	15	-	-	-	119
	<b>469.724</b>	<b>67.228</b>	<b>(50.291)</b>	<b>(550)</b>	<b>-</b>	<b>486.111</b>



	<b>Saldo em 01/01/2016</b>	<b>Adições</b>	<b>Amortização</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferência</b>	<b>Saldo em 31/12/2016</b>
Ágio na aquisição de novas redes	313.856	-	-	-	-	<b>313.856</b>
Fundo de comércio	33.805	45	(5.581)	(227)	5.261	<b>33.303</b>
Software e desenvolvimento interno	83.266	472	(34.392)	(26)	70.560	<b>119.880</b>
Projetos em andamento	32.637	45.780	-	(29)	(75.821)	<b>2.567</b>
Marcas e patentes	58	-	(44)	-	-	<b>14</b>
Outros	104	-	-	-	-	<b>104</b>
	<b>463.726</b>	<b>46.297</b>	<b>(40.017)</b>	<b>(282)</b>	<b>-</b>	<b>469.724</b>

	<b>2017</b>			<b>2016</b>		
	<b>Custo</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Custo</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Líquido</b>
Ágio na aquisição de novas redes	325.451	(11.595)	313.856	325.451	(11.595)	313.856
Fundo de comércio	139.719	(112.385)	27.334	142.735	(109.432)	33.303
Software e desenvolvimento interno	330.157	(186.422)	143.735	262.123	(142.243)	119.880
Projetos em andamento	1.067	-	1.067	2.567	-	2.567
Marcas e patentes	211	(211)	-	211	(197)	14
Outros	6.444	(6.325)	119	9.596	(9.492)	104
	<b>803.049</b>	<b>(316.938)</b>	<b>486.111</b>	<b>742.683</b>	<b>(272.959)</b>	<b>469.724</b>

b) Consolidado

	<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>Adições</b>	<b>Adições por aquisição de controladora</b>	<b>Amortização</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferência</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>
Ágio na aquisição de novas redes	<b>350.683</b>	-	<b>2.020</b>	-	-	-	<b>352.703</b>
Fundo de comércio	<b>35.042</b>	<b>150</b>	-	<b>(6.098)</b>	<b>(452)</b>	<b>431</b>	<b>29.073</b>
Software e desenvolvimento interno	<b>121.252</b>	<b>13.435</b>	-	<b>(44.866)</b>	-	<b>56.190</b>	<b>146.011</b>
Projetos em andamento	<b>2.567</b>	<b>55.219</b>	-	-	<b>(98)</b>	<b>(56.621)</b>	<b>1.067</b>
Marca e patentes	<b>3.401</b>	-	-	<b>(14)</b>	-	-	<b>3.387</b>
Outros	<b>104</b>	<b>15</b>	-	-	-	-	<b>119</b>
	<b>513.049</b>	<b>68.819</b>	<b>2.020</b>	<b>(50.978)</b>	<b>(550)</b>	<b>-</b>	<b>532.360</b>

	<b>Saldo em 01/01/2016</b>	<b>Adições</b>	<b>Adições por aquisição de controladora</b>	<b>Amortização</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferência</b>	<b>Saldo em 31/12/2016</b>
Ágio na aquisição de novas redes	350.683	-	-	-	-	-	<b>350.683</b>
Fundo de comércio	35.544	45	-	(5.581)	(227)	5.261	<b>35.042</b>
Software e desenvolvimento interno	84.307	1.221	-	(34.810)	(26)	70.560	<b>121.252</b>
Projetos em andamento	32.637	45.780	-	-	(29)	(75.821)	<b>2.567</b>
Marca e patentes	3.445	-	-	(44)	-	-	<b>3.401</b>
Outros	104	-	-	-	-	-	<b>104</b>
	<b>506.720</b>	<b>47.046</b>	<b>-</b>	<b>(40.435)</b>	<b>(282)</b>	<b>-</b>	<b>513.049</b>

	2017			2016		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio na aquisição de novas redes	<b>364.298</b>	<b>(11.595)</b>	<b>352.703</b>	362.278	(11.595)	350.683
Fundo de comércio	<b>141.458</b>	<b>(112.385)</b>	<b>29.073</b>	144.474	(109.432)	35.042
Software e desenvolvimento interno	<b>334.696</b>	<b>(188.685)</b>	<b>146.011</b>	265.071	(143.819)	121.252
Projetos em andamento	<b>1.067</b>	-	<b>1.067</b>	2.567	-	2.567
Marcas e patentes	<b>3.598</b>	<b>(211)</b>	<b>3.387</b>	3.598	(197)	3.401
Outros	<b>6.444</b>	<b>(6.325)</b>	<b>119</b>	9.596	(9.492)	104
	<b>851.561</b>	<b>(319.201)</b>	<b>532.360</b>	787.584	(274.535)	513.049

As despesas relativas à amortização dos ativos intangíveis são registradas na rubrica de “Depreciação e amortização”, no resultado do exercício.

#### *Testes de não recuperação do ágio e intangíveis*

O ágio e outros ativos intangíveis foram submetidos a teste de desvalorização em 31 de dezembro de 2017 e 2016. A Administração elaborou uma estimativa dos valores recuperáveis ou valores em uso de todos os ativos.

O teste de não recuperação para o ágio na aquisição de novas redes de empresas de varejo compreende a apuração dos valores recuperáveis da Unidade Geradora de Caixa (UGC), a qual corresponde ao agrupamento de todas as lojas das redes adquiridas, que totalizaram R\$350.683 em 2017 e 2016 e já foram incorporadas.

O valor em uso da UGC é apurado segundo o método do fluxo de caixa descontado, antes dos impostos, adotando-se as seguintes taxas:

	<u>Taxa (a.a)</u>
Fluxo de caixa descontado - taxa de desconto, antes dos impostos	12,5% (1)
Taxa de crescimento médio ponderado nos 5 primeiros anos	5,1%
Perpetuidade	3,5%

(1) Taxa CAPM (Custo Médio de Capital Próprio).

As premissas de fluxos de caixa futuros e perspectivas de crescimento para a UGC baseia-se no orçamento anual da Companhia e nos planos de negócios dos próximos 5 exercícios aprovados pelo Conselho de Administração, bem como em dados de mercado comparáveis, representando a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante a vida econômica útil do grupo de ativos geradores de fluxos de caixa. A partir dos testes realizados, a Companhia não identificou perdas por não recuperação dos ágios registrados.

## 17. Fornecedores

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Mercadorias para revenda - mercado interno	<b>2.897.609</b>	2.375.873	<b>2.914.743</b>	2.383.961
Outros fornecedores	<b>34.332</b>	21.764	<b>38.945</b>	25.380
Ajuste a valor presente	<b>(33.916)</b>	(44.164)	<b>(34.147)</b>	(44.382)
<b>Total de fornecedores</b>	<b>2.898.025</b>	2.353.473	<b>2.919.541</b>	2.364.959

A Companhia mantém convênios firmados com bancos parceiros para estruturar com os seus principais fornecedores a operação de antecipação de seus recebíveis. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco em troca do recebimento antecipado do título. O Banco, por sua vez, passa a ser credor da operação, sendo que a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor e recebe, subsequentemente, uma comissão do Banco por essa intermediação e confirmação dos títulos a pagar. Essa comissão é registrada como receita financeira.

A operação acima realizada pela Companhia não altera os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com os fornecedores e, portanto, a Companhia a classifica na rubrica de Fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo a pagar negociado pelos fornecedores, e com aceite do Magazine Luiza, somava R\$294.905 (R\$505.114 em 31 de dezembro de 2016).

As contas a pagar aos fornecedores são registradas inicialmente ao seu valor presente com contrapartida na conta de "Estoques". A reversão do ajuste a valor presente é registrada na rubrica "Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços" pela fruição de prazo.

## 18. Empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros

### Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargo	Garantias	Vencimento final	Controladora		Consolidado	
				2017	2016	2017	2016
Capital de giro em moeda estrangeira (a)	1,43% a.a. a 6,41% a.a + Var.cambial	N/A	Mar/18	<b>52.519</b>	333.503	<b>52.519</b>	333.503
Capital de giro em moeda nacional	110,7% a 125,3% do CDI	Avais	Nov/18	<b>251.600</b>	362.558	<b>251.600</b>	362.696
Debêntures - oferta restrita (e)	112,0% a 125,9% do CDI	Clean	Jul/20	<b>305.116</b>	1.069.633	<b>305.116</b>	1.069.633
Notas promissórias (f)	109,0% a 112,0% do CDI	Clean	Mai/19	<b>212.343</b>	-	<b>212.343</b>	-
Arrendamentos Mercantis Financeiros (b)	2,5% a.a. a CDI + 2,88%	Alienação fiduciária	Dez/19	<b>9.226</b>	17.676	<b>9.226</b>	17.676
Financiamento de Inovação - FINEP (c)	4% a.a.	Fiança bancária	Dez/22	<b>37.024</b>	44.429	<b>37.024</b>	44.429
Financiamento de Expansão - BNB (d)	7% a.a.	Fiança bancária	Dez/22	<b>3.670</b>	4.404	<b>3.670</b>	4.404
				<b>871.498</b>	1.832.203	<b>871.498</b>	1.832.341
Outros passivos financeiros							
Swap a pagar - hedge de valor justo (a)				-	16.435	-	16.435
<b>Total de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros</b>				<b>871.498</b>	1.848.638	<b>871.498</b>	1.848.776
Passivo circulante				<b>434.294</b>	837.878	<b>434.294</b>	838.016
Passivo não circulante				<b>437.204</b>	1.010.760	<b>437.204</b>	1.010.760

- (a) Parte das captações foi contratada em moeda estrangeira, sobre as quais incidem juros pré-fixados e variação cambial. Com o objetivo de proteger suas operações contra riscos de variações na taxa de câmbio, a Companhia contratou operações de “swap”. A Companhia pratica para tais operações a contabilidade de *cobertura (hedge accounting)*. Mais detalhes estão divulgados na Nota Explicativa nº 28.
- (b) Refere-se a contratos de arrendamento mercantil financeiro relacionados a equipamentos de informática e software, cujos contratos possuem vencimentos finais em 2019.
- (c) Refere-se a contrato de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, com o objetivo de investir em projetos de pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas.
- (d) A Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, com o objetivo de modernizar, reformar as lojas da região nordestina e construir um novo Centro de Distribuição no município de Candeias (BA), no montante de R\$ 68.103. Até 31 de dezembro de 2017 foi liberada a primeira parcela no valor total de R\$ 4.383.
- (e) A Companhia realizou as seguintes emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações:

Emissões	Principal R\$	Data de Emissão	Vencimento final	Títulos em circulação	Encargos financeiros	Controladora e Consolidado	
						2017	2016
1ª emissão-série única	200.000	26/12/2011	16/06/2017	-	113,0% do CDI	-	149.383
3ª emissão-série única	200.000	21/10/2013	21/07/2018	20.000	125,9% do CDI	-	55.439
4ª emissão-série única	400.000	30/05/2014	30/05/2019	40.000	112,0% do CDI	-	402.451
5ª emissão-série única	350.000	17/03/2015	17/03/2020	35.000	113,2% do CDI	-	362.492
6ª emissão-série única	100.000	20/06/2016	20/06/2018	10.000	125,2% do CDI	-	99.868
7ª emissão-série única	300.000	31/07/2017	31/07/2020	300.000	113,5% do CDI	<b>305.116</b>	-
						<b>305.116</b>	1.069.633

(f) A Companhia realizou as seguintes emissões de notas promissórias:

Emissões	Principal R\$	Data de Emissão	Vencimento final	Títulos em circulação	Encargos financeiros	Controladora e Consolidado	
						2017	2016
3ª emissão- 1ª.série	100.000	10/05/2017	10/05/2018	20	109,0% do CDI	<b>106.085</b>	-
3ª emissão- 2ª.série	100.000	10/05/2017	10/05/2019	20	112,0% do CDI	<b>106.258</b>	-
						<b>212.343</b>	-

#### Conciliação dos fluxos de caixa das atividades operacionais e de financiamento

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	<b>1.848.638</b>	1.823.050	<b>1.848.776</b>	1.823.310
Captação	<b>502.617</b>	578.540	<b>502.617</b>	578.540
Pagamento de principal	<b>(1.433.953)</b>	(477.188)	<b>(1.434.097)</b>	(477.325)
Pagamento de juros	<b>(214.018)</b>	(216.134)	<b>(214.029)</b>	(216.167)
Juros provisionados	<b>180.742</b>	254.466	<b>180.759</b>	254.514
Hedge de valor justo	<b>(12.528)</b>	(114.096)	<b>(12.528)</b>	(114.096)
Saldo final	<b>871.498</b>	1.848.638	<b>871.498</b>	1.848.776

#### Cronograma dos vencimentos

O cronograma de pagamento da parcela dos empréstimos e financiamentos está demonstrado abaixo:

Ano de vencimentos	Controladora e Consolidado		
	Dívida considerando o "Hedge accounting"	"Hedge de valor justo" Nota 8	Dívida desconside- rando "Hedge accounting"
<b>2018</b>	<b>434.294</b>	<b>(1.378)</b>	<b>432.916</b>
<b>2019</b>	<b>113.903</b>	-	<b>113.903</b>
<b>2020</b>	<b>307.487</b>	-	<b>307.487</b>
<b>2021</b>	<b>7.907</b>	-	<b>7.907</b>
<b>2022</b>	<b>7.907</b>	-	<b>7.907</b>
<b>Total</b>	<b>871.498</b>	<b>(1.378)</b>	<b>870.120</b>

## Covenants

A Companhia possui cláusula restritiva (“*covenants*”) para a 7ª Emissão de Debêntures, sendo ela a manutenção da relação “Dívida líquida ajustada/EBITDA Ajustado” não superior a 3,0 vezes.

Por dívida líquida ajustada, deve-se entender o somatório de todos os empréstimos e financiamentos, incluídas as debêntures, excluindo-se disponibilidade de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, recebíveis de cartão de crédito não antecipados. O EBITDA ajustado é calculado de acordo com a instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, excluído de eventos operacionais (receita/despesas) de caráter extraordinário.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia está adimplente à cláusula restritiva (“*covenants*”) descrita acima.

## 19. Receita diferida

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Receita diferida com terceiros:		
Contrato de exclusividade com Cardif (a)	<b>157.552</b>	166.121
Contrato de exclusividade com Banco Itaúcard S.A. (b)	<b>121.500</b>	134.000
Outros contratos	<b>2.409</b>	2.323
	<b>281.461</b>	302.444
Receita diferida com partes relacionadas:		
Contrato de exclusividade com a Luizacred (b)	<b>132.942</b>	144.029
Contrato de exclusividade com a Luizaseg (a)	<b>96.000</b>	103.000
	<b>228.942</b>	247.029
Total de receitas diferidas	<b>510.403</b>	549.473
Passivo circulante	<b>41.566</b>	40.318
Passivo não circulante	<b>468.837</b>	509.155

(a) Em 14 de dezembro de 2015, foi estabelecido novo Acordo de Aliança Estratégica com empresas do grupo Cardif e com Luizaseg, visando a extensão dos direitos e obrigações previstos nos acordos entre as partes vencidos em 31 de dezembro de 2015, pelo período adicional de 10 anos e com prazo de vigência de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2025. Esse acordo proporcionou o ingresso de R\$ 330.000 no caixa da Companhia. Desse montante, R\$ 42.000 foram destinados à controlada em conjunto Luizacred, tendo em vista que os seguros atrelados ao cartão de crédito são de exclusividade da Luizacred. O reconhecimento da receita da Companhia decorrente deste acordo é apropriado ao resultado durante o período de vigência do contrato, sendo parte condicionado ao atingimento de determinadas metas.

(b) Em 27 de setembro de 2009, a Companhia celebrou um “Acordo de Associação” junto ao Itaú Unibanco Holding S.A. (“Itaú”) e ao Banco Itaúcard S.A., por meio do qual a Companhia cedeu à Luizacred a exclusividade do direito de oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros na sua rede de lojas, pelo prazo de 20 anos. Pela referida associação, as instituições Itaú pagaram à vista o montante de R\$ 250.000, sendo: (i) R\$ 230.000 relacionados à consecução da negociação em si, sem direito de regresso, e; (ii) R\$ 20.000 vinculados ao cumprimento de metas de rentabilidade na Luizacred, metas estas cumpridas, em sua totalidade, ao fim do exercício de 2014.

Em 29 de dezembro de 2010, as partes assinaram o primeiro aditivo ao acordo de associação com a Luizacred, por meio do qual estendeu a exclusividade do direito de oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros na rede de lojas então adquiridas na região nordeste do Brasil (Lojas Maia), pelo prazo de

19 anos. Em contraprestação, a Luizacred pagou o montante de R\$ 160.000 à Companhia, que são apropriados ao resultado durante o período de vigência do contrato. Como parte desse acordo de associação, o montante de R\$ 20.000, mencionado no parágrafo acima, foi aumentado para R\$ 55.000.

Em 16 de dezembro de 2011, a Companhia celebrou o segundo aditamento ao acordo de associação com a Luizacred, em virtude da aquisição da New-Utd (“Lojas do Baú”). Em contraprestação, a Luizacred pagou o montante de R\$ 48.000 à Companhia, os quais são apropriados ao resultado durante o período de vigência remanescente do acordo de associação.

## 20. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

### Política contábil

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é constituída com base em pareceres jurídicos e avaliação da Administração sobre os processos conhecidos na data do balanço patrimonial, para os riscos considerados prováveis de perda, sendo esta a melhor estimativa de desembolso futuro da Companhia. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é como segue:

#### Controladora

	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2016</b>	183.748	15.350	30.912	230.010
Adições	17.070	10.031	17.087	44.188
Reversão	(500)	-	(477)	(977)
Pagamentos	-	(8.276)	(9.629)	(17.905)
Atualizações	19.738	-	-	19.738
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>220.056</b>	<b>17.105</b>	<b>37.893</b>	<b>275.054</b>
Adições	<b>74.146</b>	<b>10.121</b>	<b>8.993</b>	<b>93.260</b>
Reversão	<b>(55.042)</b>	<b>(1.994)</b>	-	<b>(57.036)</b>
Pagamentos	<b>(6.646)</b>	<b>(9.059)</b>	<b>(12.043)</b>	<b>(27.748)</b>
Atualizações	<b>13.608</b>	-	-	<b>13.608</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>246.122</b>	<b>16.173</b>	<b>34.843</b>	<b>297.138</b>

#### Consolidado

	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2016</b>	195.025	15.647	32.740	243.412
Adições	17.070	10.523	17.343	44.936
Reversão	(4.232)	(57)	(1.274)	(5.563)
Pagamentos	-	(8.716)	(9.681)	(18.397)
Atualizações	19.738	-	-	19.738
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>227.601</b>	<b>17.397</b>	<b>39.128</b>	<b>284.126</b>
Adições	<b>74.146</b>	<b>10.434</b>	<b>9.161</b>	<b>93.741</b>
Reversão	<b>(58.803)</b>	<b>(2.329)</b>	<b>(938)</b>	<b>(62.070)</b>
Pagamentos	<b>(6.646)</b>	<b>(9.163)</b>	<b>(12.062)</b>	<b>(27.871)</b>
Atualizações	<b>13.608</b>	-	-	<b>13.608</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>249.906</b>	<b>16.339</b>	<b>35.289</b>	<b>301.534</b>

Em 31 de dezembro de 2017, a natureza das principais causas da Companhia, classificadas pela Administração com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco provável de perda, bem como obrigações legais que possuem valores depositados judicialmente, que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima, é como segue:

**a) Processos tributários**

A Companhia discute administrativa e judicialmente vários processos de natureza tributária, classificados como perda provável, portanto estão provisionados. Esses processos envolvem tributos federais, cujo montante em 31 de dezembro de 2017 perfaz R\$ 42.969 (R\$ 14.669 em 31 de dezembro de 2016), tributos estaduais, cujo montante em 31 de dezembro de 2017 perfaz R\$ 62.085 (R\$ 30.273 em 31 de dezembro de 2016) e tributos municipais no montante de R\$ 59 (R\$ 60 em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia possui ainda provisão para outras discussões judiciais as quais tem realizado depósitos judiciais, bem como provisões relacionadas com combinação de negócio de suas redes adquiridas, as quais envolvem tributos federais, cujo montante em 31 de dezembro de 2017 perfaz R\$ 141.009 (R\$ 175.054 em 31 de dezembro de 2016), tributos estaduais, cujo montante em 31 de dezembro de 2017 perfaz R\$ 3.784 (R\$ 7.545 em 31 de dezembro de 2016) e os tributos municipais não apresentaram provisões desse gênero nesse período.

**b) Processos cíveis**

A provisão para riscos cíveis consolidada no montante de R\$ 16.339 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 17.397 em 31 de dezembro de 2016), está relacionada a reclamações oriundas principalmente de clientes sobre possíveis defeitos de produtos.

**c) Processos trabalhistas**

Na esfera trabalhista, a Companhia é parte em diversos processos envolvendo principalmente questionamentos acerca de horas extras incorridas.

O valor provisionado de R\$ 35.289 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 39.128 em 31 de dezembro de 2016) no consolidado reflete o risco de perda provável avaliado pela Administração da Companhia juntamente com seus assessores jurídicos.

Para fazer frente às contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, a Companhia possui em depósitos judiciais no montante de R\$ 310.901 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 292.189 em 31 de dezembro de 2016).

**d) Passivos contingentes - possíveis de perda**

A Companhia é parte em outros processos que foram classificados pela Administração como de risco de perda possível, com base na opinião de seus assessores jurídicos; portanto, nenhuma provisão foi constituída para tais processos. Os valores atribuídos às discussões envolvendo tributos federais perfaz, em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$ 963.786 (R\$ 603.615 em 31 de dezembro de 2016), já em relação aos tributos estaduais os riscos possíveis perfazem em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$ 423.877 (R\$ 186.278 em 31 de dezembro de 2016) e quanto aos tributos municipais perfazem em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$ 1.309 (R\$ 821 em 31 de dezembro de 2016).

Dentre as principais ações de natureza tributária, classificadas como perda possível, destacamos: (i) Processo Administrativo em que a Companhia discute com o fisco a natureza/conceito das bonificações/reembolsos de seus fornecedores para fins de tributação do PIS/COFINS, além da caracterização de algumas despesas ligadas à sua atividade fim como insumos para fins de créditos de PIS/COFINS; (ii) Processo Judicial em que a Companhia discute a violação de diversos princípios jurídicos da Lei nº 13.241/2015, a qual extinguiu a isenção



das Contribuições ao PIS e a COFINS sobre as receitas oriundas de vendas de produtos elegíveis ao Processo Básico de Produção. Segundo análise de seus assessores jurídicos internos e externos as chances de perda são possíveis com viés de remotas; (iii) Processos em que a Companhia discute com os fiscos estaduais supostos créditos ou divergências de ICMS; (iv) Processo Administrativo em que a Companhia discute com o fisco estadual autuações de cobrança de créditos de ICMS apropriados nas aquisições de mercadorias de fornecedores posteriormente declarados inidôneos; (v) Processo Administrativo em que a Companhia discute com o fisco a majoração da alíquota RAT; (vi) Diversas autuações em que a Companhia discute a cobrança de créditos de ICMS apropriados nas aquisições de mercadorias de alguns de seus fornecedores, em razão destes terem se aproveitado de benefício fiscal concedido por outro Estado da Federação. Além disso, informa ainda que acompanha a evolução de todas as discussões a cada trimestre de forma que, havendo alteração no cenário, as avaliações de riscos e eventuais perdas também serão reavaliadas.

Os riscos dos processos são constantemente avaliados e revisados pela Administração. Adicionalmente, a Companhia contesta também processos administrativos cíveis e trabalhistas, com risco estimado de perda possível, cujos valores envolvidos são irrelevantes para divulgação.

Por haver incertezas com relação à saída de recursos para tais provisões, a Administração entende que não é possível determinar com razoabilidade o cronograma de liquidação.

**e) Processos de natureza ativa**

A Companhia situa-se como autora (no polo ativo das ações) em outros processos tributários de diversas naturezas, ou seja, ingressou com ações contra os vários entes tributantes a fim de recuperar tributos pagos e/ou cobrados indevidamente por tais entes. Dentre as principais ações, destacam-se: i) a discussão judicial sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS, que na Companhia perfaz o montante de aproximadamente R\$ 620.289, incluindo atualização monetária (R\$ 567.706 em 31 dezembro de 2016) de tributos já recolhidos e outras discussões envolvendo créditos de PIS e COFINS em montantes de aproximadamente R\$ 304.188. Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal finalizou o julgamento, na sistemática de repercussão geral, declarando inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo destas contribuições. Assim, a Companhia está avaliando com seus assessores jurídicos o levantamento e atualização monetária dos créditos acobertados por suas ações judiciais; ii) a discussão judicial sobre o direito reconhecido por decisão do Supremo Tribunal Federal, dos contribuintes recuperarem o ICMS pago a maior na sistemática da substituição tributária correspondente à diferença da margem praticada em comparação à margem presumida pelos Estados (MVA - Margem de Valor Agregado). A Companhia está avaliando junto aos seus assessores jurídicos o levantamento e atualização monetária dos créditos acobertados por suas ações judiciais.

## **21. Patrimônio líquido**

**a) Capital social**

A Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 04 de setembro de 2017, proposta de desdobramento de ações, na proporção de 01 (uma) ação ordinária para 08 (oito) ações ordinárias, sem qualquer alteração no valor do capital social da Companhia. Assim, a quantidade de ações passou de 21.623.933 para 172.991.464, todas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

### Oferta Pública de Ações - “Follow-On”

Em 12 de setembro de 2017, a Companhia deu início a uma oferta pública de ações com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, compreendendo distribuição primária de 17.600.000 novas ações ordinárias de emissão da Companhia, aprovado pelo conselho de administração em 27 de setembro de 2017 e distribuição secundária de 6.400.000 ações ordinárias de titularidade de acionistas vendedores. O preço por ação

foi fixado em R\$ 65,00, após conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a investidores profissionais.

Assim, o montante total da Oferta Restrita, com base no preço por ação foi de R\$ 1.560.000 mil, sendo que R\$ 1.144.000 mil refere-se à distribuição primária e R\$ 416.000 mil refere-se à distribuição secundária. O quadro abaixo indica a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado, anteriormente a Oferta Restrita e após a conclusão da Oferta Restrita, não considerando as despesas da Oferta:

<b>Composição acionária</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor (em R\$)</b>
Antes da Oferta Restrita	172.991.464	626.911.472
Oferta Restrita	17.600.000	1.144.000.000
Após Oferta Restrita	190.591.464	1.770.911.472

A Oferta Restrita encerrou-se em 03 de Outubro de 2017. Os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária serão utilizados para: (i) investimentos em ativos de longo prazo, incluindo (a) melhoria e expansão da malha logística, (b) tecnologia e desenvolvimento da plataforma digital, (c) transformação das lojas existentes em pontos de venda e centros de distribuição (“shoppable distribution centers”), (d) inauguração de lojas novas, e (e) aquisição de empresas de tecnologia com atuação no segmento digital; e (ii) otimização da estrutura de capital da Companhia, incluindo pagamento de dívidas de curto prazo.

A Oferta foi concluída da seguinte maneira:

	<b>Quantidade de ações</b>
Oferta Restrita - Captação	<b>1.144.000</b>
Despesas com a Oferta, líquida dos efeitos tributários	<b>(30.619)</b>
Total	<b>1.113.381</b>

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2017, a composição acionária da Companhia está assim apresentada:

	<b>Quantidade de ações</b>	<b>Participação %</b>
Acionistas controladores	<b>121.385.260</b>	<b>63,69</b>
Ações em circulação	<b>67.846.144</b>	<b>35,60</b>
Ações em tesouraria	<b>1.360.060</b>	<b>0,71</b>
Total	<b>190.591.464</b>	<b>100,00</b>

As ações detidas por acionistas controladores que são membros do Conselho de Administração e/ou da diretoria executiva estão inseridas na linha de acionistas controladores.

De acordo com o artigo nº 7 do Estatuto Social, a Companhia pode aumentar o seu capital social, nos termos do artigo 168 da Lei nº 6.404/76, mediante emissão de 50.000.000 ações ordinárias.

b) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tem registrado na rubrica de Reserva de capital o valor de R\$ 37.094 (R\$ 19.030 em 31 de dezembro de 2016).

## Plano de opção de compra de ações

### *1ª Outorga do Plano de Opção de Compra de Ações*

Para este Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano”) tornaram-se elegíveis a receber opções de compra de ações, os administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia. Na primeira outorga do Plano, em 5 de janeiro de 2012, foram concedidas 1.274.732 opções pelo preço de exercício a R\$13,60.

O Plano vigorará pelo prazo de oito anos a contar da data de outorga do mesmo. As opções poderão ser exercidas, total ou parcialmente, desde que o beneficiário permanecesse ininterruptamente vinculado, como administrador ou colaborador da Companhia, entre a data de outorga e as datas especificadas a seguir: 20% das opções poderiam ser exercidas a partir de 1º de março de 2012 e, a partir desta data, adicionais 20% poderiam ser exercidas a cada ano de vinculação do beneficiário à Companhia. Tais opções quando exercidas serão liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais da Companhia.

### *2ª Outorga do Plano de Opção de Compra de Ações*

A segunda outorga do Plano de Opção de Ações foi aprovada em 25 de outubro de 2013. Nesta oportunidade, foram outorgadas 1.213.476 opções e foi fixado o preço de exercício em R\$9,45. Tal plano terá prazo máximo de exercício de 12 anos, a contar da data da assinatura do mesmo, porém deverá ser observado o prazo de carência a seguir: 25% das opções poderiam ser exercidas a partir de 29 de outubro 2015; 25% das opções poderiam ser exercidas a partir de 29 de outubro de 2016 e 25% das opções poderiam ser exercidas a partir de 29 de outubro de 2017, desde que o beneficiário permanecesse ininterruptamente vinculado à Companhia.

### *Valor justo*

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão aplicando o modelo de precificação de opções Black & Scholes, considerando as seguintes premissas:

<u>Premissa</u>	<u>1ª Outorga</u>	<u>2ª Outorga</u>
Expectativa de vida média das opções (a)	5,5 anos	5,5 anos
Volatilidade média anualizada	43,5%	37,98%
Taxa de juros livre de risco	10%	5,92%
Média ponderada do valor justo das opções concedidas	R\$6,65	R\$6,06

(a) Representa o período em que se acredita que as opções sejam exercidas e leva em consideração o turn over médio dos beneficiários do plano.

A tabela a seguir demonstra a movimentação da quantidade de opções de ações e a média ponderada do preço de exercício (MPPE):

### Plano de opção de compra de ações - conciliação das opções outorgadas

	<u>Quantidade</u>	<u>MPPE<sup>1</sup></u>
Em circulação em 1º de janeiro de 2016	4.419.585	R\$10,88
com direito prescrito no exercício	(2.280.725)	R\$10,31
Em circulação em 31 de dezembro de 2016	2.138.860	R\$11,48
exercidas durante o período <sup>2</sup>	(1.439.940)	R\$11,77
Em circulação em 31 de dezembro de 2017	698.920	R\$10,88

<sup>1</sup>Média Ponderada do Preço de Exercício das Opções de Ações: calculada com base nos termos contratuais, sem considerar a correção monetária do preço de exercício.

<sup>2</sup>O preço médio ponderado das ações na data de exercício das opções foi de R\$ 50,50.

### Plano de incentivo baseado em ações - “matching de ações”

Foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária no dia 20 de abril de 2017, o novo plano de incentivo atrelado a ações da Companhia. O plano tem como objetivo regular a concessão de incentivos atrelados às ações ordinárias de emissão da Companhia por meio de programas a serem implementados pelo nosso Conselho de Administração, sendo elegíveis a participar os administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou de suas sociedades controladas e controladas em conjunto.

Os objetivos principais do plano são: (a) aumentar a capacidade de atração e retenção de talentos pela Companhia; (b) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento dos nossos administradores, empregados e prestadores de serviços, alinhando os interesses dos nossos acionistas aos das pessoas elegíveis; e (c) estimular a expansão da Companhia e o alcance e superação de nossas metas empresariais e a consecução dos nossos objetivos sociais, alinhado aos interesses de nossos acionistas, através do comprometimento de longo prazo dos beneficiários.

O plano figurará no modelo de “matching de ações”, onde para cada ação ordinária adquirida pelo beneficiário na adesão ao programa, a Companhia outorgará o direito de receber, gratuitamente, 3 ações ordinárias da Companhia. A transferência da propriedade das ações será realizada de acordo com prazo de carência máximo de quatro anos e dez meses a contar de 30 de junho de 2017.

Foram outorgadas o total de 551.448 ações como “matching” aos beneficiários, por adesão ao programa. O valor justo das ações outorgadas foi estimado na data de concessão do direito aos beneficiários, tendo por base o valor

de mercado das ações ordinárias da Companhia negociadas na BMF&BOVESPA (B3), ou seja, R\$ 31,06. Os efeitos da transação com pagamento baseado em ações estão sendo registrados no resultado dos períodos/exercícios considerando os prazos e carências descritos no programa.

Os efeitos das transações com pagamento baseado em ações foram registrados no resultado do exercício, considerando o valor justo das opções de compra de ações, resultando em uma despesa no montante de R\$5.594 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 4.463 em 31 de dezembro de 2016).

#### c) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tem registrado na rubrica de Reserva legal o valor de R\$39.922 (R\$ 20.471 em 31 de dezembro de 2016).

#### d) Dividendos e Juros sobre o capital próprio

Em 24 de abril de 2017, o Conselho de Administração aprovou dividendos adicionais no montante de R\$ 9.307, referente ao exercício de 2016.

Em 13 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$ 75.000, referente ao exercício de 2017.

e) Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tem registrado na rubrica de Reservas de lucros R\$ 288.371 (R\$ 3.107 em 31 de dezembro de 2016). A reserva de incentivos fiscais está apresentada nesta rubrica.

f) Lucro por ação

Os cálculos dos lucros por ações básico e diluído estão divulgados a seguir:

	<b>Lucro básico</b>		<b>Lucro diluído</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Média das ações ordinárias	<b>178.858.131</b>	176.717.353	<b>178.858.131</b>	176.717.353
Efeito das ações em tesouraria	<b>(2.279.966)</b>	(2.800.000)	<b>(2.279.966)</b>	(2.800.000)
Efeito diluidor de ações (a)	-	-	<b>1.407.480</b>	-
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	<b>176.578.165</b>	173.917.353	<b>177.985.645</b>	173.917.353
Lucro líquido em milhares	<b>389.022</b>	86.565	<b>389.022</b>	86.565
Lucro por ação em Reais	<b>2,203</b>	0,4977	<b>2,186</b>	0,4977

a) Considera o efeito de ações exercíveis de acordo com os planos de incentivo atrelado a ações, divulgados acima. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não houve efeito diluidor no lucro por ação e os valores apresentados já estão com o efeito do desdobramento de ações.

## **22. Receita líquida de vendas**

### **Política contábil**

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas, como segue:

*Revenda de mercadorias* - a receita é reconhecida quando os produtos são entregues e a sua titularidade legal é transferida, considerando ainda o fato de que as seguintes condições tenham sido satisfeitas:

- Transferência ao comprador dos riscos e dos benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- Inexistência de envolvimento continuado na gestão dos produtos revendidos em grau normalmente associado à propriedade, nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

*Receita de prestações de serviços:*

- a) é apurada pela intermediação de serviços financeiros para suas *joint ventures*, bem como outras empresas parceiras da Companhia;
- b) é apurada pela prestação de serviços relacionadas a integração e gestão entre lojistas e marketplaces.

As receitas de prestações de serviços são reconhecidas quando for provável que os benefícios significativos ao serviço prestado serão transferidos pela Companhia.

*Administração de consórcios:* na controlada Luiza Administradora de Consórcios, a receita com taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida mensalmente quando do efetivo recebimento das parcelas dos consorciados que, para as atividades de administração de consórcio, denotam o efetivo período de prestação do serviço.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Receita bruta:				
Varejo - revenda de mercadorias	<b>13.528.956</b>	10.763.497	<b>13.621.626</b>	10.828.782
Varejo - prestações de serviços	<b>587.878</b>	457.179	<b>628.840</b>	484.800
Administração de consórcio	-	-	<b>70.638</b>	58.062
	<b>14.116.834</b>	11.220.676	<b>14.321.104</b>	11.371.644
Impostos e devoluções:				
Varejo - revenda de mercadorias	<b>(2.242.903)</b>	(1.788.583)	<b>(2.256.566)</b>	(1.797.443)
Varejo - prestações de serviços	<b>(74.904)</b>	(60.924)	<b>(75.002)</b>	(60.924)
Administração de consórcio	-	-	<b>(5.286)</b>	(4.532)
	<b>(2.317.807)</b>	(1.849.507)	<b>(2.336.854)</b>	(1.862.899)
Receita líquida de vendas	<b>11.799.027</b>	9.371.169	<b>11.984.250</b>	9.508.745

### 23. Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços

#### Política contábil

Os Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços incluem os custos com aquisição de mercadorias e com serviços prestados, deduzidos das recomposições de custos recebidas dos fornecedores e do ICMS substituição tributária recuperáveis. Despesas com frete relacionadas ao transporte de mercadorias dos fornecedores até os Centros de Distribuição (“CDs”) são incorporadas ao custo das mercadorias a serem revendidas.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Custos:				
Das mercadorias revendidas	<b>(8.305.003)</b>	(6.538.942)	<b>(8.346.305)</b>	(6.562.328)
Das prestações de serviços	-	-	<b>(31.934)</b>	(23.802)
	<b>(8.305.003)</b>	(6.538.942)	<b>(8.378.239)</b>	(6.586.130)

### 24. Informações sobre a natureza das despesas e outras receitas operacionais

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Despesas com pessoal (a)	<b>(1.300.414)</b>	(1.111.997)	<b>(1.306.747)</b>	(1.130.088)
Despesas com prestadores de serviços	<b>(582.760)</b>	(511.050)	<b>(603.788)</b>	(531.083)
Outras	<b>(683.232)</b>	(581.386)	<b>(708.958)</b>	(583.515)
Total	<b>(2.566.406)</b>	(2.204.433)	<b>(2.619.493)</b>	(2.244.686)

(a) A Companhia provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico, seguro de vida, vale-alimentação, vale-transporte, bolsa de estudo, cheque-mãe, além de Plano de Compra de ações para os colaboradores elegíveis, conforme descrito na Nota Explicativa nº 21. A despesa proveniente de tais benefícios, registrada no exercício de 2017 foi de R\$133.742 para a controladora (R\$116.326 em 2016) e R\$134.275 para o

consolidado (R\$117.732 em 2016). Adicionalmente, a Companhia oferece plano de aposentadoria complementar para todos os seus colaboradores. Esta previdência complementar está inserida na modalidade de contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. A contribuição da Companhia corresponde a 0,20% do salário dos colaboradores participantes, podendo ser suspensa a qualquer tempo, desde que com aviso prévio aos participantes. Em 2017 e 2016, respectivamente, as contribuições montaram em R\$366 e R\$397. Os participantes podem fazer contribuições voluntárias, descontadas em folha, não havendo contrapartida da Companhia.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<u>Classificados por função como:</u>				
Despesas com vendas	<b>(2.095.278)</b>	(1.761.438)	<b>(2.119.953)</b>	(1.776.258)
Despesas gerais e administrativas	<b>(503.352)</b>	(452.735)	<b>(536.026)</b>	(481.933)
Outras receitas operacionais, líquidas (Nota 25)	<b>32.224</b>	9.740	<b>36.486</b>	13.505
	<b>(2.566.406)</b>	(2.204.433)	<b>(2.619.493)</b>	(2.244.686)

As despesas com fretes relacionadas ao transporte das mercadorias dos CDs até as lojas físicas e entrega dos produtos revendidos aos consumidores são classificadas como despesas com vendas.

## 25. Outras receitas operacionais, líquidas

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Ganho (perda) na venda de ativo imobilizado	<b>2.875</b>	(476)	<b>2.875</b>	(476)
Apropriação da receita diferida (a)	<b>42.820</b>	40.646	<b>42.820</b>	40.646
Provisão para perdas tributárias	<b>(9.790)</b>	(4.761)	<b>(6.096)</b>	(1.043)
Despesas não recorrentes (b)	<b>(3.331)</b>	(27.164)	<b>(3.331)</b>	(27.164)
Outros	<b>(350)</b>	1.495	<b>218</b>	1.542
Total	<b>32.224</b>	9.740	<b>36.486</b>	13.505

- (a) Refere-se à apropriação de receita diferida por cessão de direitos de exploração, conforme descrito na Nota Explicativa nº 19.
- (b) Gastos referentes a despesas pré-operacionais de lojas e despesas com perda de desoneração de tributos.

## 26. Resultado financeiro

### Política Contábil

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. Adicionalmente, a Companhia classifica juros recebidos, dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Receitas financeiras:				
Juros de vendas de garantia estendida	<b>51.410</b>	41.232	<b>51.410</b>	41.232
Rendimento de aplicações financeiras e títulos mobiliários	<b>62.193</b>	47.456	<b>12.937</b>	13.405
Juros de vendas de mercadorias - juros por atrasos nos recebimentos	<b>4.206</b>	4.366	<b>4.206</b>	4.366
Descontos obtidos e atualizações monetárias	<b>40.219</b>	56.105	<b>40.219</b>	56.105
Outros	<b>1.335</b>	1.547	<b>1.335</b>	1.547
	<b>159.363</b>	150.706	<b>110.107</b>	116.655
Despesas financeiras:				
Juros de empréstimos e financiamentos	<b>(198.851)</b>	(272.733)	<b>(198.868)</b>	(272.777)
Encargos sobre antecipação de cartão de crédito	<b>(273.286)</b>	(308.291)	<b>(274.970)</b>	(309.663)
Provisão para perda com juros de garantia estendida	<b>(10.534)</b>	(17.213)	<b>(10.534)</b>	(17.213)
Outros	<b>(36.210)</b>	(20.523)	<b>(36.556)</b>	(20.851)
	<b>(518.881)</b>	(618.760)	<b>(520.928)</b>	(620.504)
Resultado financeiro líquido	<b>(359.518)</b>	(468.054)	<b>(410.821)</b>	(503.849)

## 27. Informação por segmento de negócios

Como forma de gerenciar seus negócios, tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em Varejo, Operações Financeiras, Operações de Seguros e Administração de Consórcios. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são:

Varejo - substancialmente revenda de mercadorias e prestações de serviços nas lojas da Companhia e comércio eletrônico (*e-commerce tradicional e marketplace*);

Operações financeiras - por meio da controlada em conjunto Luizacred, que tem como objeto principal fornecer crédito aos clientes da Companhia para aquisição de produtos;

Operações de seguros - por meio da controlada em conjunto Luizaseg, que tem como objeto principal a oferta de garantias estendidas aos produtos adquiridos pelos clientes da Companhia;

Administração de consórcios - por meio da controlada LAC, que tem como objeto principal a administração de consórcios aos clientes da Companhia, para aquisição de produtos.

As vendas da Companhia são integralmente realizadas em território nacional e, considerando as operações no varejo, não existe concentração de clientes, assim como de produtos e serviços oferecidos.

### Demonstrações do resultado

	2017					Consolidado
	Varejo (a)	Operações financeiras	Operações de seguros	Adm Consórcios	Eliminações (b)	
Receita bruta	14.262.501	844.256	197.801	70.638	(1.054.092)	14.321.104
Deduções da receita	(2.331.568)	-	-	(5.286)	-	(2.336.854)
Receita líquida do segmento	11.930.933	844.256	197.801	65.352	(1.054.092)	11.984.250
Custos	(8.358.340)	(91.812)	(21.793)	(31.934)	125.640	(8.378.239)
Lucro bruto	3.572.593	752.444	176.008	33.418	(928.452)	3.606.011
Despesas com vendas	(2.119.953)	(350.592)	(135.006)	-	485.598	(2.119.953)
Despesas gerais e administrativas	(510.753)	(2.482)	(20.119)	(25.273)	22.601	(536.026)
Resultado da provisão com créditos de liquidação duvidosa	(41.921)	(273.321)	-	-	273.321	(41.921)
Depreciação e amortização	(142.687)	(5.963)	(4.654)	(372)	10.617	(143.059)
Equivalência patrimonial	93.661	-	-	-	(7.505)	86.156
Outras receitas operacionais	35.940	(12.023)	(5.948)	546	17.971	36.486
Despesas financeiras	(520.720)	-	17.208	3.006	(20.422)	(520.928)
Receitas financeiras	107.101	-	(40)	(208)	3.254	110.107
Imposto de renda e contribuição social	(84.239)	(39.301)	(10.055)	(3.612)	49.356	(87.851)
Lucro líquido do exercício	389.022	68.762	17.394	7.505	(93.661)	389.022
<b>Conciliação da equivalência patrimonial</b>						
Equivalência patrimonial LAC (Nota 13)		7.505				
Equivalência patrimonial Luizacred (Nota 14)		68.762				
Equivalência patrimonial Luizaseg (Nota 14)		17.394				
(=) Equivalência patrimonial do segmento de varejo		93.661				
(-) Efeito de eliminação LAC		(7.505)				
(=) Resultado de equivalência patrimonial consolidado		86.156				

a) O segmento de varejo é representado pelos montantes consolidados contemplando os resultados do Magazine Luiza S.A., Época Cosméticos e Integra Commerce. No segmento de varejo, a linha de equivalência patrimonial contempla os resultados líquidos das operações financeiras, de seguros e administração de consórcios, uma vez que esse montante está contido nos valores de lucro ou prejuízo do segmento utilizado pelo principal gestor das operações.



(b) As eliminações são representadas principalmente pelos efeitos dos segmentos operações financeiras e operações de seguro, que são apresentados de forma proporcional acima, porém são incluídas apenas em uma linha de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

### Demonstrações do resultado

	2016					Consolidado
	Varejo (a)	Operações financeiras	Operações de seguros	Adm Consórcios	Eliminações (b)	
Receita bruta	11.323.548	834.790	182.451	58.062	(1.027.207)	11.371.644
Deduções da receita	(1.858.367)	-	-	(4.532)	-	(1.862.899)
Receita líquida do segmento	9.465.181	834.790	182.451	53.530	(1.027.207)	9.508.745
Custos	(6.572.294)	(117.136)	(28.303)	(23.802)	155.405	(6.586.130)
Lucro bruto	2.892.887	717.654	154.148	29.728	(871.802)	2.922.615
Despesas com vendas	(1.776.258)	(303.256)	(123.815)	-	427.071	(1.776.258)
Despesas gerais e administrativas	(458.418)	(3.050)	(24.519)	(23.515)	27.569	(481.933)
Resultado da provisão com créditos de liquidação duvidosa	(26.074)	(303.189)	-	-	303.189	(26.074)
Depreciação e amortização	(133.248)	(6.025)	(4.738)	(364)	10.763	(133.612)
Equivalência patrimonial	68.797	-	-	-	(6.095)	62.702
Outras receitas operacionais	13.498	(7.935)	176	7	7.759	13.505
Resultado financeiro	(507.107)	-	19.825	3.258	(19.825)	(503.849)
Imposto de renda e contribuição social	12.488	(43.413)	(9.161)	(3.019)	52.574	9.469
Lucro líquido do exercício	86.565	50.786	11.916	6.095	(68.797)	86.565
<b>Conciliação da equivalência patrimonial</b>						
Equivalência patrimonial LAC (Nota 13)	6.095					
Equivalência patrimonial Luizacred (Nota 14)	50.786					
Equivalência patrimonial Luizaseg (Nota 14)	11.916					
(=) Equivalência patrimonial do segmento de varejo	68.797					
(-) Efeito de eliminação LAC	(6.095)					
(=) Resultado de equivalência patrimonial consolidado	62.702					

(a) O segmento de varejo é representado pelos montantes consolidados contemplando os resultados do Magazine Luiza S.A. e Época Cosméticos. No segmento de varejo, a linha de equivalência patrimonial contempla os resultados líquidos das operações financeiras, de seguros e administração de consórcios, uma vez que esse montante está contido nos valores de lucro ou prejuízo do segmento utilizado pelo principal gestor das operações.

(b) As eliminações são representadas principalmente pelos efeitos dos segmentos operações financeiras e operações de seguro, que são apresentados de forma proporcional acima, porém são incluídas apenas em uma linha de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

Balancos patrimoniais

	2017			
	Varejo (*)	Operações financeiras	Operações de seguros	
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	373.167	5.648	211	39.540
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	1.259.553	6.251	182.343	-
Contas a receber	1.245.672	2.591.429	-	359
Estoques	1.969.333	-	-	-
Investimentos	341.168	-	-	-
Imobilizado e intangível	1.099.670	69.988	42.855	1.717
Outros	1.118.628	156.157	21.839	3.724
	<b>7.407.191</b>	<b>2.829.473</b>	<b>247.248</b>	<b>45.340</b>
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	2.917.836	-	1.595	1.740
Empréstimos e financiamentos e outros passivos financeiros	871.498	-	-	-
Depósitos interfinanceiros	-	1.196.675	-	-
Operações com cartões de crédito	-	1.217.662	-	-
Provisões técnicas de seguros	-	-	203.841	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.	300.922	65.091	1.593	612
Receita diferida	510.403	19.092	-	-
Outras	732.555	37.379	22.446	13.167
	<b>5.333.214</b>	<b>2.535.899</b>	<b>229.475</b>	<b>15.519</b>
Patrimônio líquido	<b>2.073.977</b>	<b>293.574</b>	<b>17.773</b>	<b>29.821</b>
<b>Conciliação do investimento</b>				
<b>Investimentos em controladas</b>				
Investimento LAC (Nota 13)	29.821			
<b>Investimentos em controladas em conjunto</b>				
Investimento Luizacred (Nota 14)	293.574			
Investimento Luizaseg (Nota 14)	17.773			
	<b>311.347</b>			
<b>Total dos investimentos</b>	<b>341.168</b>			
(-) Efeito de eliminação LAC	(29.821)			
<b>(=) Resultado de investimento consolidado</b>	<b>311.347</b>			

(\*) Saldos consolidados contemplando os resultados do Magazine Luiza S.A. e Época Cosméticos.

Balancos patrimoniais

	2016			
	Varejo (*)	Operações financeiras	Operações de seguros	Administração consórcios
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	565.327	2.999	107	33.814
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	819.155	6.020	162.017	-
Contas a receber	584.571	2.001.796	-	-
Estoques	1.596.743	-	-	-
Investimentos	317.930	-	-	-
Imobilizado e intangível	1.072.005	75.944	50.101	1.111
Outros	1.132.712	137.239	19.403	3.614
	<b>6.088.443</b>	<b>2.223.998</b>	<b>231.628</b>	<b>38.539</b>
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	2.363.164	-	1.361	1.795
Empréstimos e financiamentos e outros passivos financeiros	1.848.776	-	-	-
Depósitos interfinanceiros	-	900.241	-	-
Operações com cartões de crédito	-	948.340	-	-
Provisões técnicas de seguros	-	-	105.036	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.	283.527	43.549	709	599
Receita diferida	549.473	20.122	-	-
Outras	421.917	36.269	19.613	12.046
	<b>5.466.857</b>	<b>1.948.521</b>	<b>126.719</b>	<b>14.440</b>
Patrimônio líquido	<b>621.586</b>	<b>275.477</b>	<b>104.909</b>	<b>24.099</b>
<b>Conciliação do investimento</b>				
<b>Investimentos em controladas</b>				
Investimento LAC (Nota 13)	24.099			
<b>Investimentos em controladas em conjunto</b>				
Investimento Luizacred (Nota 14)	275.477			
Investimento Luizaseg (Nota 14)	18.353			
	<b>293.830</b>			
<b>Total dos investimentos</b>	<b>317.929</b>			
(-) Efeito de eliminação LAC	(24.099)			
<b>(=) Resultado de investimento consolidado</b>	<b>293.830</b>			

(\*) Saldos consolidados contemplando os resultados do Magazine Luiza S.A. e Época Cosméticos.

## 28. Instrumentos financeiros

### Política Contábil

#### Ativos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade pela qual foram adquiridos e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

*Mensurados ao valor justo por meio do resultado* - são registrados nesta categoria os instrumentos financeiros adquiridos mantidos para negociação, com o propósito de venda no curto prazo. Estes instrumentos são mensurados ao valor justo e tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no resultado. Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros são classificados nesta categoria.

*Empréstimos e recebíveis* - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Depósitos judiciais, partes relacionadas e contas a receber são classificados nesta categoria.

#### *Desreconhecimento (baixa) de ativos financeiros*

O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre somente quando os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo são realizados ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os seus riscos e retornos para terceiros. Em transações onde tais ativos financeiros são transferidos para terceiros, porém sem a efetiva transferência dos respectivos riscos e retornos, o ativo não é desreconhecido.

#### Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia foram classificados no reconhecimento inicial como:

*Outros passivos financeiros* - inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação e, subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos para cálculo das despesas com juros. O método dos juros efetivos calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. Estão aqui classificados os saldos de fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, contas a pagar a partes relacionadas e tributos parcelados.

#### *Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou paga. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

### Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos na gestão dos seus riscos de mercado, decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e, posteriormente, avaliados ao seu valor justo no final de cada exercício ou período. Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia são para proteção dos empréstimos e financiamentos.

### **Gestão de risco de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura e modernização de lojas, novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes.

A Companhia utiliza a medição não contábil dívida líquida ajustada/EBITDA ajustado, o qual, no seu entendimento, representa uma métrica relevante para monitorar o nível endividamento, pois reflete as obrigações financeiras consolidadas, líquidas das disponibilidades para pagamentos, considerada sua geração de caixa operacional. A Companhia define EBITDA ajustado como lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas e receitas financeiras, da depreciação e amortização e de eventos operacionais de caráter extraordinário. EBITDA ajustado não é uma métrica de performance adotada pelo IFRS. A definição de EBITDA ajustado da Companhia pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras Companhias.

A estrutura de capital da Companhia pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros	<b>871.498</b>	1.848.638	<b>871.498</b>	1.848.776
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<b>(370.926)</b>	(562.728)	<b>(412.707)</b>	(599.141)
(-) Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	<b>(1.259.553)</b>	(819.155)	<b>(1.259.553)</b>	(819.155)
(-) Cartões de crédito de terceiros	<b>(818.154)</b>	(272.502)	<b>(820.267)</b>	(276.206)
(-) Cartões de crédito de partes relacionadas	<b>(42.338)</b>	(18.646)	<b>(42.338)</b>	(18.646)
(Caixa)/Dívida líquido(a) ajustado(a)	<b>(1.619.473)</b>	175.607	<b>(1.663.367)</b>	135.628
Patrimônio líquido	<b>2.073.977</b>	621.586	<b>2.073.977</b>	621.586

## Categoria de instrumentos financeiros

	Controladora				Consolidado			
	2017		2016		2017		2016	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos financeiros								
Empréstimos e recebíveis:								
Caixa e bancos	<b>90.560</b>	<b>90.560</b>	73.996	73.996	<b>91.928</b>	<b>91.928</b>	77.108	77.108
Depósitos judiciais	<b>310.899</b>	<b>310.899</b>	292.187	292.187	<b>310.901</b>	<b>310.901</b>	292.189	292.189
Contas a receber	<b>1.238.724</b>	<b>1.238.724</b>	578.904	578.904	<b>1.246.031</b>	<b>1.246.031</b>	584.571	584.571
Contas a receber de partes relacionadas	<b>99.985</b>	<b>99.985</b>	66.296	66.296	<b>96.766</b>	<b>96.766</b>	64.021	64.021
A valor justo por meio do resultado:								
Mantidos para negociação - Equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários	<b>1.538.541</b>	<b>1.538.541</b>	1.293.981	1.293.981	<b>1.578.954</b>	<b>1.578.954</b>	1.327.282	1.327.282
Instrumentos Derivativos Ativo	<b>1.378</b>	<b>1.378</b>	13.906	13.906	<b>1.378</b>	<b>1.378</b>	13.906	13.906
Passivos financeiros								
Custo amortizado:								
Fornecedores	<b>2.898.025</b>	<b>2.898.025</b>	2.353.473	2.353.473	<b>2.919.541</b>	<b>2.919.541</b>	2.364.959	2.364.959
Empréstimos e financiamentos	<b>818.979</b>	<b>818.979</b>	1.498.700	1.498.700	<b>818.979</b>	<b>818.979</b>	1.498.838	1.498.838
Contas a pagar a partes relacionadas	<b>89.486</b>	<b>89.486</b>	72.923	72.923	<b>89.521</b>	<b>89.521</b>	72.955	72.955
Outras contas a pagar - Ex-Cotistas (Integra)	<b>1.000</b>	<b>1.000</b>	-	-	<b>1.000</b>	<b>1.000</b>	-	-
A valor justo por meio do resultado:								
Mantidos para negociação - Empréstimos e financiamentos	<b>52.519</b>	<b>52.519</b>	333.503	333.503	<b>52.519</b>	<b>52.519</b>	333.503	333.503
Instrumentos Derivativos Passivo	-	-	16.435	16.435	-	-	16.435	16.435

## Mensurações de valor justo

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. A Companhia utiliza a técnica de fluxo de caixa descontado para suas mensurações;

Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A mensuração dos ativos e passivos da Companhia, ao valor justo, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado		Mensuração do
	2017	2016	2017	2016	valor justo Nível
Ativos financeiros					
A valor justo por meio do resultado:					
Equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários	<b>1.538.541</b>	1.293.981	<b>1.578.954</b>	1.327.282	Nível 2
Instrumentos Derivativos Ativo	<b>1.378</b>	13.906	<b>1.378</b>	13.906	Nível 2
Passivos financeiros					
A valor justo por meio do resultado:					
Empréstimos e financiamentos	<b>52.519</b>	333.503	<b>52.519</b>	333.503	Nível 2
Instrumentos Derivativos Passivo	-	16.435	-	16.435	Nível 2

### Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis:

Abaixo detalham-se as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2, assim como os *inputs* significativos não observáveis utilizados:

*Empréstimos e financiamentos:* Essa categoria inclui empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI. O valor justo foi determinado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa média de CDI futuro, adicionados ao risco de crédito, correspondente a todos os empréstimos, vencíveis entre 2018 e 2022, apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

*Instrumentos financeiros designados para Hedge Accounting:* Essa categoria inclui empréstimos e financiamentos relacionados ao risco objeto de *hedge*, ou seja, aos *swaps* contratados pela Companhia que satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O valor justo desses passivos é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se o cupom cambial acrescido de um *spread* o qual reflete a mudança do cenário de risco da Companhia no período descontado.

*Empréstimos a valor justo:* Essa categoria inclui financiamentos e empréstimos designados desde a sua contratação inicial a valor justo que satisfazem os critérios de classificação definidos pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O valor justo desses passivos é baseado através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se o cupom cambial acrescido de um *spread* o qual é obtido em cotação com as instituições financeiras para refletir o risco de crédito da Companhia no período descontado.

### **Gestão de risco de liquidez**

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira da Companhia, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros da Companhia e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

	<b>Saldo Contábil</b>	<b>Inferior a um ano</b>	<b>Um a três anos</b>	<b>Superior a Três anos</b>	<b>Total</b>
Fornecedores	2.919.541	2.919.541	-	-	2.919.541
Empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros	871.478	481.067	465.940	20.371	967.378
Partes relacionadas	89.521	89.521	-	-	89.521
Outras contas a pagar - Ex-Cotistas (Integra)	1.000	1.000	-	-	1.000

### **Considerações sobre riscos**

Os negócios da Companhia compreendem especialmente o comércio varejista de bens de consumo, principalmente eletrodomésticos, eletrônicos, móveis e serviços financeiros, o financiamento ao consumidor para as aquisições dos referidos bens e atividades de grupos de consórcio, formados para a aquisição de veículos, motos, eletrodomésticos e imóveis. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são, sumariamente, os seguintes:

*Risco de crédito:* o risco de crédito surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes, cujo saldo consolidado em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 1.066.091 (R\$ 466.061 em 31 de dezembro de 2016). Grande parte das vendas da Companhia são realizadas utilizando como modalidade de pagamento o cartão de crédito, que são substancialmente securitizadas com as administradoras de cartões de crédito. Os demais contas a receber a Companhia avalia também o risco como sendo baixo, tendo em vista a pulverização natural das vendas em função do grande número de clientes, porém não há garantias reais de recebimento do saldo total de contas a receber, em virtude da natureza dos negócios. Mesmo assim, o risco é gerenciado por meio de análises periódicas do nível de inadimplência, bem como pela adoção de formas mais eficazes de cobrança. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha em contas a



receber saldos que estariam vencidos ou perdidos, cujos termos foram renegociados, no montante de R\$ 5.346 (R\$ 4.672 em 31 de dezembro de 2016), os quais estão adicionados à análise sobre a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Na nota explicativa 8 são divulgadas maiores informações sobre o contas a receber.

A política da Companhia para investimentos em títulos de dívida (aplicações financeiras) é de se investir em títulos que possuem rating atribuído pelas principais agências de risco de crédito, de no mínimo AAA. Em 31 de dezembro de 2017, 100% (cem por cento) dos investimentos mantidos pela Companhia possuem tal nível de rating atingindo o montante de R\$1.539.919 (R\$1.307.887 em 2016) na Controladora e R\$1.580.332 (R\$1.341.188 em 2016) no Consolidado. Ressalta-se ainda que grande maioria desses títulos são títulos com o risco soberano (títulos públicos brasileiros).

*Risco de mercado:* decorre do desaquecimento do varejo no cenário econômico do País. O gerenciamento dos riscos envolvidos nessas operações é realizado por meio do estabelecimento de políticas operacionais e comerciais, determinação de limites para transações com derivativos e do monitoramento constante das posições assumidas. Os principais riscos relacionados são as variações na taxa de juros e nas taxas de câmbio.

*Risco de taxas de juros:* a Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes vinculadas ao “Certificado de Depósito Interbancário (CDI)”, relativas a aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos em reais, para os quais realizou análise de sensibilidade, conforme descrito abaixo.

Em 31 de dezembro de 2017, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com quedas de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável e de queda nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se taxas de juros futuros divulgadas pela BM&F BOVESPA e/ou BACEN. Os efeitos esperados de receitas financeiras das aplicações financeiras líquidas das despesas com juros para os próximos três meses são como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	2017	2017
Certificados de depósitos bancários (nota 6)	280.173	293.150
Fundos de investimentos não exclusivos (nota 6)	193	27.629
<b>Equivalentes de caixa</b>	<b>280.366</b>	<b>320.779</b>
<b>Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (nota 7)</b>	<b>1.259.553</b>	<b>1.259.553</b>
<b>Total equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros</b>	<b>1.539.919</b>	<b>1.580.332</b>
<b>Empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (nota 18)</b>	<b>(871.498)</b>	<b>(871.498)</b>
<b>Saldo exposto, líquido</b>	<b>668.421</b>	<b>708.834</b>
<b>Juros a incorrer expostos a CDI</b>	<b>6,89%</b>	<b>6,89%</b>
<b>Impacto no resultado financeiro, líquido de impostos:</b>		
Cenário I Provável	5.379	6.012
Cenário II queda 25%	4.034	4.509
Cenário III queda 50%	2.690	3.006

*Gestão de risco de taxa de câmbio:* a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o propósito de atender às suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas por intermédio da Diretoria Financeira, de acordo com políticas previamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o *hedge*.

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

Nesse cenário, a Companhia captou empréstimos denominados em moeda estrangeira acrescidos de juros para os quais foram contratadas operações de “*swap*”, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI acrescido de taxa pré-fixada. Para fins de contabilidade de cobertura (*hedge accounting*), esses instrumentos são classificados como *hedge* de valor justo e são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo, tanto do derivativo de *hedging* (*swap*) quanto do objeto de *hedge* (empréstimos), durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, como resultado financeiro.

O detalhe dos contratos que impactaram o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

**Hedge de valor justo**

**Instrumento de *hedge***

	<i>Swaps</i>			Indexadores médios
	Posição financeira	Ajuste MTM	Valor justo(a)	
Ativo (ponta ativa)	52.463	56	52.519	US\$+3,11%
Passivo (ponta passiva)	51.143	(2)	51.141	115,14% CDI
<b>Total</b>	<b>1.320</b>	<b>58</b>	<b>1.378</b>	

**Objeto de *hedge***

	Capital de giro em USD			Indexadores médios
	Posição financeira	Ajuste MTM	Valor justo(a)	
Passivo	52.463	56	52.519	US\$+3,11%

**Conciliação**

Outros ativos financeiros (Nota 7)	1.378
<b>(=) Valor justo do instrumento financeiro derivativo</b>	<b>1.378</b>

Conforme mencionado anteriormente, a Administração da Companhia entende não haver risco de mercado pela alteração na taxa de câmbio, uma vez que todos os seus passivos financeiros relevantes registrados em moeda estrangeira estão atrelados a operações de “*swap*”, de modo que o tratamento contábil e financeiro desses empréstimos é denominado em moeda local. Assim, a variação do instrumento financeiro derivativo “*swap*” e dos empréstimos e financiamentos são compensados.

Não houve, nos exercícios apresentados, operações que deixaram de ser qualificadas como operações de proteção patrimonial, bem como não há compromissos futuros objetos de proteção patrimonial de fluxo de caixa.

## **29. Arrendamentos compromissados**

### **Política contábil**

Os ativos adquiridos por meio de arrendamento financeiro são inicialmente reconhecidos como ativo imobilizado pelo seu valor justo no início do arrendamento ou, se inferior, pelo valor presente do pagamento mínimo do arrendamento. O passivo correspondente ao arrendador é apresentado nas demonstrações contábeis como uma obrigação com arrendamento financeiro.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil estimada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Os pagamentos referentes ao arrendamento financeiro são distribuídos entre os encargos financeiros e a redução da obrigação, a fim de atingir uma taxa de juros constante em relação ao saldo remanescente do passivo.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear durante o período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são auferidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no exercício ou período em que são incorridos.

### **Arrendamento mercantil operacional - contratos de aluguel**

A Companhia possui diversos contratos de aluguel de imóveis com partes relacionadas (MTG Administração e Participações S.A. e PJD Agropastoril Ltda.) e com terceiros, cujos prazos médios têm duração de cinco anos, renováveis por mais cinco anos, para os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Estes contratos estabelecem valores de aluguel fixo ou variável, com base em percentual sobre a venda líquida, de acordo com as formas contratuais. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía 858 lojas (800 lojas em 2016) e 10 Centros de Distribuição (9 Centros de Distribuição em 2016) alugados. Para estes contratos de aluguel, foram registradas despesas no montante de R\$302.458 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$313.380 em 31 de dezembro de 2016).

Os compromissos futuros oriundos destes contratos, atualizados, montam, nos próximos cinco anos:

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>
<b>2018</b>	<b>334.399</b>
<b>2019</b>	<b>350.156</b>
<b>2020</b>	<b>366.303</b>
<b>2021</b>	<b>384.062</b>
<b>2022</b>	<b>403.429</b>
<b>Total</b>	<b>1.838.349</b>

### Contratos de arrendamento mercantil financeiro

	<b>Pagamentos mínimos</b>	
	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Em até um ano	<b>8.900</b>	11.529
Entre dois e cinco anos	<b>770</b>	8.321
	<b>9.670</b>	19.850
Menos: resultado financeiro não incorrido	<b>(444)</b>	(2.174)
Valor presente dos pagamentos mínimos	<b>9.226</b>	17.676

Os valores dos ativos, líquidos de depreciação acumulada, adquiridos por arrendamento mercantil financeiro estão demonstrados a seguir:

<b>Categoria dos ativos</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Software	<b>8.192</b>	11.736
Máquinas e equipamentos	<b>7.034</b>	7.471
Computadores e periféricos	<b>1.394</b>	2.404
Veículos	<b>1.194</b>	2.271
Outros	<b>223</b>	267
Total	<b>18.037</b>	24.149

Nos exercícios apresentados, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução destes ativos ao seu valor de recuperação.

### **30. Demonstrações dos fluxos de caixa**

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Dividendos propostos por controladas e controladas em conjunto e não recebidos	<b>11.651</b>	4.277	<b>9.869</b>	2.830
Dividendos ou JCP declarados não pagos no exercício	<b>(64.273)</b>	(12.335)	<b>(64.273)</b>	(12.335)
Outras contas a pagar - Ex-Cotistas "Integra Commerce"	<b>(1.000)</b>	-	<b>(1.000)</b>	-
Varição de valor justos de instrumentos financeiros disponíveis para venda	<b>1.457</b>	2.830	<b>1.457</b>	2.830

### **31. Cobertura de seguros**

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As coberturas de seguros, em valores de 2017 e 2016, são assim demonstradas:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Responsabilidade civil e D&O	<b>65.000</b>	42.000
Riscos diversos - estoques e imobilizado	<b>2.402.335</b>	2.014.174
Veículos	<b>14.162</b>	17.285
	<b>2.481.497</b>	2.073.459